



EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2026
PROTOCOLO Nº 18636/2026

S.C. Nº 301 e 308/2026 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES

SÍNTESE DO OBJETO E PROCEDIMENTOS

LEGISLAÇÃO: Os procedimentos licitatórios obedecerão, integralmente, a Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto Municipal nº 8.388 de 31 de março de 2023 e suas alterações, que regulamentam a modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, e demais legislações correlatas, bem como pelas condições estabelecidas neste Edital e anexos que o integram.

OBJETO: “CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE AQUECIMENTO PARA PISCINA NO GINÁSIO DE ESPORTES “VICENTE AMATTE””.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

MODO DE DISPUTA: ABERTA

REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

DATA E HORA LIMITE PARA CREDENCIAMENTO E PREENCHIMENTO DA PROPOSTA: ATÉ ÀS 08:30 DO DIA 03/08/2026.

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO: ÀS 08:30 DO DIA 03/08/2026.

INÍCIO DA ETAPA DE LANCES ÀS 09:00 DO DIA 03/08/2026.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

LOCAL: Bolsa Nacional de Compras - Plataforma de Licitações Eletrônicas, através do link <https://bnccompras.com/Home/Login>.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2026

EDITAL Nº 127/2026

1 – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. A Prefeitura Municipal de Paulínia, com sede na Avenida Prefeito José Lozano Araújo, nº 1551, Parque Brasil 500, Paulínia, Estado de São Paulo, CEP 13.141-170, mediante o Pregoeiro, designado pela Portaria nº 388/2024 e Equipe de Apoio designada pela Portaria nº 119/2024, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local já indicados anteriormente, fará realizar-se licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL COM EXECUÇÃO EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, tendo como objeto a “CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE AQUECIMENTO PARA PISCINA NO GINÁSIO DE ESPORTES “VICENTE AMATTE””, conforme especificações do objeto de responsabilidade da SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES.

1.2. O PREGÃO ELETRÔNICO será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos por servidor integrante do quadro de funcionários desta Prefeitura, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento dos dados gerados ou transferidos para o aplicativo, no endereço eletrônico <https://bnccompras.com/Home/Login>.

1.3. Para participar da licitação na plataforma é necessário o cadastro da licitante no endereço <https://bnccompras.com/Home/Login>.

1.3.1. No cadastramento a licitante deve assinalar, quando for o caso, a opção “ME/EPP/MEI” em relação à Lei Complementar nº 123/2006.

1.4. No caso da participação de empresas reunidas em consórcio, a obrigatoriedade do cadastro no endereço <https://bnccompras.com/Home/Login> é somente para a empresa líder do consórcio de empresas.

1.5. Demais informações poderão ser obtidas no endereço <https://bnc.org.br/faq/>.

1.6. A licitante deverá observar as datas e os horários limites previstos para o preenchimento da proposta comercial e para o envio dos documentos de habilitação na plataforma do sistema eletrônico, atentando também para a data e horário de início da disputa de lances.

1.7. Caberá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do certame, ficando responsável pelo ônus



decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

1.8. Fazem parte integrante deste Edital:

Anexo I – Especificações do Objeto / Termo de Referência

Anexo II – Minuta de Declaração Requisitos da Habilitação

Anexo III – Minuta do Contrato

Anexo IV – Termo de Ciência e de Notificação

Anexo V – Declaração de Documentos à Disposição do TCE-SP

Anexo VI – Procuração para Assinatura de Contrato

Anexo VII – Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte

Anexo VIII – Modelo de Proposta Final

Anexo IX – Declarações para a Fase de Habilitação

Anexo X – Declaração de Pleno Conhecimento das Condições

Anexo XI – Estudo Técnico Preliminar – ETP

Anexo XII – Decreto Municipal nº 8.717/2024

2 – DO OBJETO

2.1. O presente certame tem por objeto a “CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE AQUECIMENTO PARA PISCINA NO GINÁSIO DE ESPORTES “VICENTE AMATTE””.

3 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. A despesa, estimada em R\$ 158.240,20, onerará os recursos da dotação nº (894) 02.21.01.27.812.0023.2.070.4.4.90.52.00.34.01.110.0000 (890) 02.21.01.27.812.0023.2.070.3.3.90.39.00.17.01.110.0000 (RECURSO PRÓPRIO) e demais codificações a serem conjugadas em orçamentos vindouros.

4 – DA FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E IMPUGNAÇÕES

4.1. Os pedidos de esclarecimentos e impugnações referentes ao processo licitatório deverão ser enviados em até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, ou seja, até o dia 28/07/2026, às 23h59, por meio eletrônico via internet, no endereço <https://bnccompras.com/Home/Login>, e por meio físico até o dia 28/07/2026, às 17h00, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Paulínia.

4.2. Para realizar uma impugnação ou solicitar um esclarecimento não é necessário a empresa ter um cadastro efetivo no sistema, a impugnação ou



esclarecimento pode ser realizado pelo ACESSO PÚBLICO - <https://bnccompras.com/Home/Login> > informações do Processo.

5 – REFERÊNCIA DE TEMPO

5.1. Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no Sistema Eletrônico e na documentação relativa ao certame.

6 – DO CREDENCIAMENTO

6.1. A licitante deverá providenciar o credenciamento específico para este certame até a data e horário estabelecidos no preâmbulo, exclusivamente por meio eletrônico, no endereço eletrônico <https://bnccompras.com/Home/Login>.

6.1.1. Decorrido o prazo para credenciamento, não mais será admitida a participação neste PREGÃO ELETRÔNICO.

6.1.2. O simples credenciamento da licitante corresponderá que a empresa / consórcio de empresas atende às condições de participação no certame e eximirá o pregoeiro do disposto no art. 337-M do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal) e posteriores alterações.

6.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site <https://bnccompras.com/Home/Login>.

6.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal, única e exclusiva da licitante ou de seu representante legal, e na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao PREGÃO ELETRÔNICO.

6.4. Mais informações sobre o credenciamento e/ou uso da plataforma deverão ser obtidas diretamente pelo site <https://bnccompras.com/Home/Login>.

6.5. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou a promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.6. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

7 – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA
Secretaria de Administração
Departamento de Licitações

7.1. Poderão participar desta licitação as empresas / consórcio de empresas do ramo de atividade pertinente ao objeto licitado e que atenderem aos requisitos de habilitação previstos neste Edital.

7.2. Não será permitida a participação dos licitantes:

7.2.1. Suspensos temporariamente para licitar e impedidos de contratar com a Prefeitura Municipal de Paulínia;

7.2.2. Impedidos de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Paulínia, conforme Súmula nº 51 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;

7.2.3. Impedidos de licitar e contratar nos termos do art. 10 da Lei nº 9.605/98;

7.2.4. Declarados inidôneos pelo Poder Público e não reabilitados;

7.2.5. Impedidos de licitar ou contratar por determinação do CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica;

7.2.6. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

7.2.7. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

7.2.8. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.9. Que se enquadrem nas vedações determinadas no Art. 14, inc. I ao VI e § 1º ao § 3º da Lei 14.133/2021:

a. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA
Secretaria de Administração
Departamento de Licitações

deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

e. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

f. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

7.2.9.1. O impedimento de que trata o subitem 7.2.9.c. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

7.2.9.2. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os subitens 7.2.9.a. e 7.2.9.b. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

7.2.9.3. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

7.2.10. As entidades empresariais que possuam sócio majoritário sancionado com base na Lei de Improbidade Administrativa, pelo prazo fixado em sentença condenatória transitada em julgado.

7.2.11. Para os fins do disposto nos itens 7.2.4 e 7.2.10 serão consultados nos seguintes cadastros:

I - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);

II - Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);

III - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNIA - CNJ).

7.3. Será realizada consulta para verificar se os licitantes que apresentaram proposta encontram-se apenados. Caso a pesquisa retorne apenamento de licitante pelo art. 14, III, da Lei Federal nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá efetuar diligência para que a licitante apresente decisão judicial suspendendo referido apenamento, se houver.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA
Secretaria de Administração
Departamento de Licitações

7.4. No caso de participação de consórcio de empresas, devem ser obedecidas as seguintes condições:

7.4.1. Nenhuma empresa poderá integrar mais de uma proposta, seja na forma de consórcio ou isoladamente, sob pena de desqualificação dessa empresa e do consórcio de que participe.

7.4.2. Deverá ser apresentado documento comprobatório do compromisso público ou particular de constituição do Consórcio, subscrito pelos consorciados, onde deverão constar, clara e necessariamente os seguintes tópicos:

7.4.2.1. Denominação e Objetivo do Consórcio;

7.4.2.2. Designação da empresa responsável pelo Consórcio que deverá atender às condições de liderança do mesmo perante a Prefeitura Municipal de Paulínia, sem possibilidade de substituição posterior da empresa líder indicada na apresentação da documentação da qualificação jurídica;

7.4.2.3. Composição do Consórcio, com as proporções de capital ou valor patrimonial e responsabilidades e parcelas dos serviços atribuídas a cada um dos componentes individualmente, e seus compromissos de responsabilidade de participação solidária pelos atos praticados em Consórcio, tanto na fase de qualificação quanto na fase de execução do futuro contrato;

7.4.2.4. Declaração de irrestrita e irretratável aceitação das condições deste certame;

7.4.2.5. Prazo de duração do consórcio que deverá, no mínimo, coincidir com o prazo de execução dos futuros serviços, acrescido de 180 (cento e oitenta) dias, permanecendo a responsabilidade solidária das empresas participantes do consórcio pela execução dos serviços, nos termos do artigo 618 do Código Civil, mesmo após o prazo de duração do consórcio;

7.4.2.6. Procuração dos membros do Consórcio outorgando poderes à empresa líder para representá-los no presente certame.

7.4.3. Caso o objeto do certame venha a ser adjudicado ao consórcio, este deverá apresentar documento de constituição registrado em data anterior à da assinatura do contrato.

8 – DAS PROPOSTAS INICIAIS

8.1. A proposta comercial inicial deverá ser preenchida, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico da Bolsa Nacional de Compras - Plataforma de Licitações Eletrônicas.



8.2. A licitante deverá preencher sua proposta comercial inicial no sistema eletrônico, contendo:

- a) Descrição do item/serviço a ser prestado, de acordo com o Anexo I - Termo de Referência / Especificações do Objeto;
- b) Valor unitário;
- c) Valor total;

8.2.1. Fica expressamente vedada a indicação de 02 (duas) ou mais marcas para cada item, a razão social da licitante, número do CNPJ, endereço, telefone/fax, e-mail, e/ou dados bancários da mesma, ou quaisquer outros dados que identifiquem o participante antes e durante a rodada de lances;

8.2.2. Caso seja possível a identificação da licitante através da sua proposta antes do fechamento da rodada de lances, a mesma estará automaticamente **DESCCLASSIFICADA** de todo o processo licitatório, pelo Pregoeiro;

8.3. O Pregoeiro e a Equipe de Apoio verificarão as propostas iniciais, desclassificando motivadamente aquelas que não estejam em conformidade com o item 8.2, preservando o menor dispêndio para a Municipalidade e evitando o rigorismo exacerbado.

8.3.1. Somente os licitantes com propostas classificadas participarão da etapa de lances.

9 – DOS LANCES

9.1. Classificadas as propostas, o Pregoeiro dará início à fase competitiva com o recebimento de lances no endereço eletrônico no dia e horário informados no preâmbulo deste edital, quando então as licitantes poderão oferecer lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sem restrições de quantidade de lances ou de qualquer ordem classificatória ou cronológica específica, mas sempre inferior à proposta de menor preço. A cada lance ofertado, o participante será imediatamente informado de seu recebimento, respectivo horário de registro e valor, pressupondo-se a necessidade de as empresas estarem conectadas ao sistema eletrônico.

9.2. Para efeito de seleção será considerado o VALOR GLOBAL.

9.3. O intervalo de diferença entre os lances será definido no endereço eletrônico <https://bnccompras.com>, e se dará tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

9.4. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades previstas neste edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA
Secretaria de Administração
Departamento de Licitações

9.5. Na hipótese de haver lances iguais, prevalecerá como de menor valor o lance que tiver sido primeiramente registrado.

9.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

9.7. Durante o transcurso da sessão de lances os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará os autores dos lances aos demais participantes.

9.8. A modalidade de disputa será ABERTA, cabendo aos licitantes apresentarem lances públicos e sucessivos, com prorrogações, sendo esta prorrogação automática.

9.9. A etapa de envio de lances na sessão pública durará no mínimo 10 (dez) minutos, e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública. A prorrogação automática é de 02 (dois) minutos e ocorre sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação.

9.10. Em cada item, não havendo novos lances na etapa da prorrogação automática, a rodada de lances para este item é encerrada automaticamente.

9.11. O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances. Os licitantes deverão consultar regularmente o sistema eletrônico para verificar o resultado da licitação.

9.12. As microempresas e empresas de pequeno porte que pretendem usar do direito de preferência no critério de desempate, quando do julgamento das propostas, nos termos da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar, também, declaração de que estão enquadradas como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos do artigo 3º da Lei Complementar, conforme modelo do Anexo VII, que deverá ser anexada juntamente com os documentos de habilitação na plataforma eletrônica.

9.13. Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas em ordem crescente dos valores, considerando-se o último preço ofertado. Com base nesta classificação, será assegurada às licitantes microempresas e empresas de pequeno porte direito de preferência a contratação, observadas as seguintes regras:

9.13.1. A plataforma selecionará automaticamente a licitante microempresa ou empresa de pequeno porte, detentora da proposta de menor valor, dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) ao valor da proposta melhor classificada, abrindo o prazo de 05 (cinco) minutos para que apresente preço inferior ao do melhor classificado, sob pena de preclusão do direito de preferência.



9.13.2. A plataforma selecionará mediante sorteio, no caso de haver propostas empatadas nas condições do subitem 9.13.1.

9.13.3. Não havendo a apresentação de novo preço, inferior ao preço da proposta melhor classificada, serão convocadas para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais microempresas e empresas de pequeno porte, cujos valores das propostas se enquadrem nas condições indicadas no subitem 9.13.1.

9.13.4. Caso a detentora da melhor oferta, de acordo com a classificação de que trata o subitem 9.13.1., seja microempresa ou empresa de pequeno porte não será assegurado o direito de preferência, passando-se, desde logo, à negociação do preço.

10 – DO ENCERRAMENTO DA ETAPA DE LANCES, NEGOCIAÇÃO E PROPOSTAS FINAIS

10.1. Encerrada a etapa de lances e negociação, o Pregoeiro examinará a proposta de preços classificada em primeiro lugar, quanto à compatibilidade dos preços em relação ao estimado para a contratação.

10.1.1. Caso não ocorram lances deverá ser verificado o valor estimado dos bens e a especificação técnica prevista.

10.1.2. No caso de propostas iniciais de mesmo valor sem que haja o envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previsto no artigo 45, I, da Lei Complementar nº 123/2006, seguido da aplicação dos critérios estabelecidos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021; se não houver licitante que atenda à primeira hipótese, nessa ordem:

I - Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II - Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

III - Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

IV - Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

10.1.3. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

I - Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;



II - Empresas brasileiras;

III - Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV - Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

10.2. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades estabelecidas neste Edital.

10.3. A proposta final dos licitantes vencedores, readequada ao último valor ofertado e referente ao(s) item(ns) ganho(s), bem como demais documentações complementares, deverão ser anexadas à plataforma em até 03 (três) horas após a solicitação do Pregoeiro ou Agente de Contratação.

10.3.1. O prazo poderá ser prorrogado pelo Agente de Contratação ou a pedido do interessado, quando devidamente fundamentado, por igual período.

10.3.2. O Pregoeiro ou Agente de Contratação poderá realizar uma única diligência ao licitante vencedor para adequação da proposta final, bem como para a comprovação de sua exequibilidade.

10.3.2.1. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no inciso IV do caput do art. 59 da Lei 14.133/21.

10.3.3. A proposta final deverá conter ou estar acompanhada de:

- a. Marca/Fabricante, indicando o produto/modelo e, quando aplicável, número do registro junto ao órgão competente;
- b. Catálogos e ficha técnica, quando aplicável, além das demais exigências constantes no Anexo I – Termo de Referência / Especificações do Objeto.
- c. Valor unitário;
- d. Valor total.

10.3.4. No caso de consórcio, deverá ser apresentado o documento comprobatório do compromisso público ou particular de constituição do Consórcio, conforme exigido no item 7.4.2.

10.4. No caso de ocorrer a desclassificação ou inabilitação do(s) licitante(s) que apresentou(aram) o menor preço na etapa de lances e negociação, os licitantes classificados sequencialmente serão convocados para negociarem os preços, observando-se obrigatoriamente o menor valor ofertado na etapa de lances e negociação, desde que inferiores à pesquisa de mercado. Caso



os valores sejam superiores, o pregoeiro da sessão poderá opinar para a autoridade superior revogar ou cancelar referido item e/ou lote.

10.5. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

10.6. O pregoeiro suspenderá a sessão pública deste certame, informando a data e horário para retomada da mesma, momento em que verificará a(s) Proposta(s) de Preço(s) Final(is) Atualizada(s) e os Documentos de Habilitação da(s) empresa(s) / consórcio de empresas classificada(s) com menor(es) lance(s), conforme disposições contidas no presente Edital.

10.7. O Pregoeiro, juntamente com a Equipe de Apoio, verificará as propostas finais enviadas, desclassificando, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

10.7.1. A licitante que não enviar a proposta comercial final atualizada e, quando aplicável, as demais documentações complementares, no prazo e nos termos definidos no item 10.3., será automaticamente desclassificada no item.

10.8. A proposta final deverá estar assinada pelo Representante Legal da licitante, citado nos documentos de habilitação, em papel timbrado, em linguagem concisa, sem rasuras ou ressalvas, emendas, borrões ou entrelinhas que prejudiquem sua análise, conforme modelo do Anexo VIII, contendo o valor unitário e total de cada item, com no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula, em moeda corrente nacional, incluindo, obrigatoriamente, todas as despesas com encargos sociais, tributos, descontos, frete, emolumentos, impostos, despesas em geral e demais condições de fornecimento que seja devida em decorrência, direta e indireta, do fornecimento do objeto desta licitação.

10.8.1. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da abertura do certame. Não sendo indicado o prazo de validade, fica subentendido como de 60 (sessenta) dias.

11 – DA HABILITAÇÃO

A licitante participante e, no caso de consórcio, cada uma das licitantes consorciadas, deverá apresentar:

11.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;



- c) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea “b” deste subitem;
- d) Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

11.2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ).
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, ou sua isenção;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente na forma da lei, mediante a apresentação da Certidão Conjunta Negativa ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais (inclusive às contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal.
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente na forma da lei, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa.
- e) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS.
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa (CNDT) ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, nos termos da Lei Federal nº 12.440/2011.
- g) A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.



g1) As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição;

g2) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério desta Prefeitura, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

g3) A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

h) Declaração da licitante subscrita por seu representante legal:

h.1) De que não emprega em trabalho noturno, perigoso ou insalubre menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, ressalvado na condição de aprendiz, conforme determina o artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal.

11.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

a.1) As licitantes sediadas no Estado de São Paulo deverão observar o Comunicado SPI nº 53/2015 publicado no Diário da Justiça Eletrônico aos 02/09/2015, Caderno Administrativo, Edição 1959, 11.

11.4. OUTRAS COMPROVAÇÕES

a) Declaração conjunta da licitante subscrita por seu representante legal:

a.1) De que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme inciso IV do artigo 63 da Lei 14.133/2021.

a.2) De que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, em atendimento ao disposto no artigo 63, § 1º da Lei 14.133/2021, sob pena de desclassificação do certame.



b) Para microempresas ou empresas de pequeno porte: Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, constante no Anexo VII deste edital (nos exatos termos).

11.5 – DA VISITA TÉCNICA

11.5.1. A Visita Técnica poderá ser realizada em dias e horários de expediente desta Administração Pública, até o dia anterior a entrega das propostas, e deverá ser previamente agendada perante a SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES através do(s) telefone(s) (19) 3874-5752 ou pelo e-mail esporteserecreacao@gmail.com com o Sr. FERNANDO MAZON CAPELOTI, MATRÍCULA 5260-4, acompanhado de técnico indicado pela SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES. A visita técnica será individual, de acordo com o determinado no Art. 63, § 4º, da Lei 14.133/2021.

11.5.2. Quando da visita, o representante da LICITANTE designado para tal, deverá trazer Carta de Preposição em folha timbrada da LICITANTE, onde constem seu endereço e contatos, número do processo licitatório e data de agendamento da visita, nome completo do preposto e documento do mesmo.

11.5.3. A visita técnica não será obrigatória para fins de habilitação, não podendo, porém, a LICITANTE alegar desconhecimento do local ou condições do local do Objeto deste Procedimento.

11.5.4. Caso a empresa opte por não realizar a visita técnica, a mesma deverá entregar, devidamente assinado pelo responsável técnico da licitante, Declaração, conforme **ANEXO X**, de conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme determina o art. 63, § 3º da Lei 14.133/2021.

12 – DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

12.1. Os documentos deverão ser apresentados exclusivamente em formato digital, por meio da anexação em campo apropriado, no sistema eletrônico da Bolsa Nacional de Compras - Plataforma de Licitações Eletrônicas, obedecendo os prazos e as condições exigidas neste instrumento.

12.2. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões.

12.3. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, serão aceitas como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.



12.4. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.5. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não a participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos.

12.6. O Pregoeiro ou a Equipe de apoio diligenciará efetuando consulta direta nos sítios dos órgãos expedidores na internet para verificar a veracidade de documentos obtidos por este meio eletrônico.

12.7. Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação poderão ser sanadas na sessão pública de processamento do Certame, desde que não contrariem a Lei, até o julgamento das habilitações, inclusive mediante:

a) substituição e apresentação de documentos, em conformidade com o art. 64 da Lei nº 14.133/2021, que: após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame, e (b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

b) verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.

c) Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata, ou outro documento de acesso a todos os participantes (CHAT de mensagens), e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.8. Os documentos para as habilitações fiscal, social e trabalhista, de acordo com os documentos exigidos no artigo 68, I ao IV, da Lei nº 14.133/2021; poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante vencedor, inclusive por meio eletrônico, consoante art. 68, § 1º da Lei nº 14.133/2021.

12.9. Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital e tendo sido aceito o menor preço apurado, o Pregoeiro declarará a empresa / consórcio de empresas vencedora do(s) respectivo(s) item(ns).

12.10. Se a proposta de preços não for aceitável ou se a Licitante não atender aos requisitos de habilitação, caberá ao pregoeiro convocar o autor do segundo menor lance e, se necessário, observada a ordem crescente de preços, o(s) autor(es) dos demais lances, até a apuração de uma proposta



de preços que atenda ao Edital e seus anexos, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

12.11. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à Sessão Pública do PREGÃO ELETRÔNICO constarão em Ata divulgada no Sistema Eletrônico, bem como no site desta Prefeitura, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na legislação pertinente.

13 – DOS RECURSOS

13.1. Declarado o vencedor, o licitante que desejar recorrer deverá manifestar imediatamente sua intenção durante a sessão pública do certame, abrindo-se então o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação de memoriais, que deverão ser apresentados em campo próprio do sistema eletrônico, por escrito, ficando os demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões, também via sistema eletrônico, em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

13.1.1. Conforme determina o Art. 165 § 1º da Lei 14.133/2021 poderá ser interposto recurso nas seguintes situações:

- a) do julgamento das propostas;
- b) do ato de habilitação ou inabilitação do licitante.

13.1.2. O protocolo deverá ser feito por meio eletrônico via Internet, no endereço <https://bnccompras.com/Home/Login>, em local próprio, ou por meio físico até às 17h00 no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Paulínia, respeitando os prazos da Sessão Pública.

13.1.3. Caso haja retomada de sessão, cuja data e horário será definido pelo Agente de Contratação no transcorrer da sessão anterior e constará em ata da mesma, a interposição de recurso se dará após a etapa de análise da documentação de habilitação, quando for o caso.

13.2. A ausência de manifestação imediata do licitante importará na decadência do direito de recurso e no encaminhamento do processo à autoridade competente para homologação e adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

13.3. Interposto o recurso, o Agente de Contratação poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente – Secretário da Pasta solicitante.

13.3.1. O prazo para proferir a decisão será de no máximo 10 (dez) dias úteis.

13.4. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, o Prefeito Municipal adjudicará o objeto do certame ao licitante vencedor e



homologará o procedimento.

13.5. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14 – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

14.1. A adjudicação/homologação será feita PELO VALOR GLOBAL.

15 – DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO

15.1. O objeto desta licitação deverá ser entregue em conformidade com o descrito nas especificações do objeto de responsabilidade da SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES.

15.2. Não se admitirá a entrega ou prestação contratual ocorrida além do prazo entabulado, salvo justificação prévia, escrita e fundamentada do gestor do contrato, avalizada pela Secretaria da respectiva pasta.

15.3. Não se admitirá, em nenhuma circunstância, a prestação para além do saldo contratual.

15.4. O prazo para execução dos serviços referente a esta licitação será de 06 (seis) meses a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado/alterado nos limites permitidos por Lei.

16 – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

16.1. O objeto somente será recebido se estiver plenamente de acordo com as especificações, contidas no Anexo I – Especificações do Objeto / Termo de Referência do presente Edital.

16.2. O recebimento, no caso de serviços será:

a) Provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade dos serviços prestados no período com as exigências contratuais e Termo de Referência do presente edital.

b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, em prazo não superior a 90 (noventa) dias corridos a contar do recebimento provisório, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

17 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado EM PARCELA ÚNICA, em 30 (trinta) dias, de acordo com os serviços efetivamente prestados e devidamente atestados pela SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES e com os preços unitários constantes da planilha de preços da(s) licitante(s) vencedora(s).



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA
Secretaria de Administração
Departamento de Licitações

17.1.1 A contagem do prazo de 30 (trinta) dias se iniciará a partir do ateste da nota fiscal, conforme Decreto nº 8.595/2024 de 16 de fevereiro de 2024.

17.1.2. Recebidos os serviços, a Contratada emitirá a respectiva nota fiscal/fatura acompanhada das certidões que comprovem a manutenção das condições habilitatórias nos termos da Lei nº 14.133/2021, sendo que a manutenção, o acompanhamento e a fiscalização da documentação deverão ser efetuados pela SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, através do(a) gestor(a) contratual.

17.1.3. Conforme o protocolo ICMS 42/09, ficam obrigados a emitir Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, modelo 55, em substituição à Nota Fiscal modelo 1 ou 1-A, a partir de 1º de dezembro de 2010, os contribuintes (Exceto MEI) que, independentemente da atividade econômica exercida, realizem operações destinadas à Administração Pública direta ou indireta.

17.1.4. Aferidos os serviços e documentos anexados à nota fiscal/fatura pela SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, esta emitirá o seu recebimento e encaminhará para a Secretaria Municipal de Finanças providenciar o respectivo pagamento.

17.1.5. Os pagamentos a serem efetuados pelo MUNICÍPIO DE PAULÍNIA, não obstante o prazo acima fixado, obedecerão às normas da Lei Federal nº 14.133/2021, Portaria 001/2024/SMF e posteriores alterações.

17.1.6. Não haverá correção monetária entre o ateste da Nota Fiscal e o efetivo pagamento, respeitando os prazos previstos no presente Edital. Porém, ocorrendo inadimplemento / mora no pagamento, incidirá o mesmo coeficiente de atualização monetária previsto no presente Edital. O regramento seguirá as orientações proferidas na Portaria 001/2024/SMF de 20/02/2024, publicada no Diário Oficial do Município em 22/02/2024.

17.2. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá em 05 (cinco) dias após a data de sua apresentação válida.

17.3. O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da Contratada.

17.4. Os preços são fixos e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses, a contar da data do orçamento estimado em 10/06/2026. Após o período de 12 (doze) meses, os valores contratados poderão ser reajustados, visando a adequação aos preços de mercado pela variação percentual, com base no indicador INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IBGE).

18 – DA CONTRATAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA
Secretaria de Administração
Departamento de Licitações

18.1. A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante assinatura de termo de contrato, cuja respectiva minuta constitui anexo do presente Edital.

18.2. A adjudicatária deverá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data da convocação, assinar o termo de contrato. O prazo estabelecido no edital para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação fundamentada do interessado, desde que o motivo seja aceito pela Secretaria requisitante.

18.3. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

18.3.1. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do § 2º do artigo 90 da Lei nº 14.133/2021, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

I – Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

II – Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

18.4. Tratando-se de microempresa ou empresa de pequeno porte, cuja documentação de regularidade fiscal e trabalhista tenha indicado restrições à época da fase de habilitação, deverá comprovar, previamente à assinatura do contrato, a regularidade fiscal e trabalhista, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério desta Prefeitura, sob pena de a contratação não se realizar, decaindo do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

18.4.1. Aplicam-se, no que couberem, as demais disposições da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e da Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014.

18.5. O prazo da contratação terá a duração de 6 (SEIS) meses, a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado ~~por sucessivos períodos~~, de acordo com o artigo ~~105 e seguintes~~ 111 da Lei 14.133/2021. *(O prazo será definido de acordo com o objeto licitado: serviço continuado, serviço de TI ou outros casos elencados nos artigos 105 a 114 da Lei 14.133/2021)*



18.6. A gestão contratual deverá ser de responsabilidade da SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, através do(a) respectivo(a) gestor(a), cujas atribuições são:

- a) Controlar os saldos contratuais e orçamentários;
- b) Controlar os prazos de vigências contratuais, incluindo-se aditamentos, prorrogações e/ou reajustes;
- c) Aplicar as penalidades previstas no edital e no contrato quando da ocorrência de descumprimento das cláusulas acordadas e solicitar através dos protocolos administrativos as devidas providências;
- d) Solicitar à Contratada e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias para o bom andamento das prestações de serviços;
- e) Acompanhar e atestar o recebimento definitivo dos materiais e produtos, desde que atendidas especificações de responsabilidade da secretaria requisitante e as obrigações contratuais;
- f) Solicitar ou ratificar por escrito o Atestado de Capacidade Operacional e/ou Profissional quando requerido pela contratada, desde que atendidas plenamente as obrigações contratuais e devidamente atestado o efetivo cumprimento das mesmas, conforme edital e contrato, para a Divisão de Compras, Fundo Municipal de Saúde ou Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos;
- g) Atestar e encaminhar ao Setor competente as notas fiscais em estrito cumprimento ao Edital e Contrato para os procedimentos quanto aos trâmites administrativos relacionados aos respectivos pagamentos;
- h) Designar formalmente um servidor para acompanhar a fiscalização da execução de cada contrato de prestação e/ou aquisição de produtos.
- i) Verificar e atestar se o contratado mantém as mesmas condições habilitatórias, bem como a manutenção de regularidade fiscal durante toda a vigência contratual.

18.6.1. A ação da fiscalização contratual não exonera a contratada de suas responsabilidades contratuais.

19 – DAS SANÇÕES

19.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que:

- I – Com dolo ou culpa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA
Secretaria de Administração
Departamento de Licitações

II - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) pregoeiro(a) durante o certame;

III - Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

A - Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

B - Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

C - Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

D - Deixar de apresentar amostra;

E - Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

IV - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta ou recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

V - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

VI - Fraudar a licitação.

VII - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

A - Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

B - Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

C - Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

VIII - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

IX - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

19.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021 e arts. 156 e 157 do Decreto nº 8.388/2023 e suas alterações, a Administração poderá, garantida a prévia defesa e o contraditório, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

A - Advertência;

B - Multa;

C - Impedimento de licitar e contratar com o Município de Paulínia; e



D - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

19.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- A - A natureza e a gravidade da infração cometida;
- B - As peculiaridades do caso concreto;
- C - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- D - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- E - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

19.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado / valor empenhado (*em caso de Ata de Registro de Preços*) da respectiva Autorização de Fornecimento, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da comunicação oficial.

I - Para as infrações previstas no item 19.1, I, II e III: a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

II - Para as infrações previstas no item 19.1, IV, V, VI, VII, VIII e IX: a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

III - Por dia de atraso na entrega injustificado: 0,5% por dia de atraso, sobre o valor solicitado na entrega, conforme Autorização de Fornecimento ou Solicitação de Compra, até o Trigésimo dia, configurando-se, após esse prazo, a hipótese de rescisão unilateral da avença por parte dessa Administração pela inexecução, parcial ou total, de seu objeto.

IV – Por inexecução contratual parcial: 15% sobre o valor do saldo contratual (*em caso de Ata de Registro de Preços*) da respectiva Autorização de Fornecimento.

A – Sobre a parcela não executada do ajuste decorrente deste certame; ou por material não aceito pela Contratante e não substituído no prazo fixado por esta, prazo este que não excederá 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação.

V – Por inexecução contratual total: 30% sobre o valor do contrato licitado (*em caso de Ata de Registro de Preços*) da respectiva Autorização de Fornecimento.



VI – As multas, calculadas como acima, deverão ser recolhidas no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada por esta Administração.

A - As multas, calculada como acima, poderão ser deduzidas, até seu valor total, de quaisquer pagamentos devidos à adjudicatária, mesmo que referentes a outras avenças, ou deduzidas de eventual de garantia de contrato. Poderão, alternativamente, ser inscritas em Dívida Ativa do Município para cobrança executiva ou cobradas judicialmente.

B - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

19.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

19.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

19.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

19.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações acima discriminadas, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

19.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

19.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis – que será nomeada pelo Secretário da Pasta requisitante - que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o



licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

19.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior – Sr. Prefeito Municipal, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

19.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

19.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

19.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

20 – DA GARANTIA CONTRATUAL

20.1. Não será exigida a prestação de garantia para a contratação resultante desta licitação.

21 – DO SISTEMA ELETRÔNICO

21.1 O comparecimento ao site do representante legal da licitante é imprescindível em todas as sessões pertinentes a este certame licitatório, e sua ausência nos horários e datas marcadas no CHAT MENSAGENS implicará na aceitação de todas e quaisquer decisões tomadas pelo Pregoeiro e aceitas pelas licitantes presentes.

21.2. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do certame, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

21.2.1. O pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

21.2.2. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do PREGÃO ELETRÔNICO poderá ser suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do pregoeiro aos licitantes participantes.

22 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA
Secretaria de Administração
Departamento de Licitações

22.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

22.2. Quanto a marcas: qualquer menção a marca/modelo que porventura conste deste Edital e seus anexos configuram-se como simples referência para cotação dos produtos solicitados, sendo que serão aceitos similares ou de qualidade / tecnologia superior.

22.3. Quanto a medidas: as medidas constantes do presente edital e seus anexos são aproximadas, admitindo-se variações permitidas pela Legislação específica.

22.4. Das sessões públicas de processamento do Certame serão lavradas atas circunstanciadas a serem assinadas pelo Pregoeiro.

22.5. A homologação do presente certame será divulgada no Diário Oficial do Estado e no Diário Oficial do Município.

22.6. Eventuais retificações do Edital serão disponibilizadas no endereço <https://bnccompras.com/Home/Login>.

22.7. O preenchimento da proposta sem que tenha sido tempestivamente impugnado este Edital implicará na plena aceitação, por parte das interessadas, das condições nele estabelecidas.

22.8. Com o simples preenchimento da proposta, os licitantes expressam o pleno conhecimento, declaram e se submetem plenamente às seguintes condições:

- a) Que atende às condições de participação no certame e assim eximirá a Administração do disposto no art. 337-M do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal) e posteriores alterações.
- b) Que tomou conhecimento de todas as informações locais para o cumprimento das obrigações relacionadas ao objeto da licitação, que o mesmo está perfeitamente definido e que tem a exata compreensão da futura execução do objeto.
- c) Que assume a inteira responsabilidade pela perfeita execução do objeto que está sendo licitado, se for contratada, e adere plenamente aos termos do presente Edital como integrante do contrato que resultar independentemente de sua transcrição.
- d) Que assegura que atende as normas relativas à saúde e à segurança do trabalho.

22.9. O(s) licitante(s) contratado(s) fica(m) obrigado(s) a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA
Secretaria de Administração
Departamento de Licitações

fizerem necessários no fornecimento, até os limites da Lei Federal nº 14.133/2021 e posteriores alterações.

22.10. É de inteira responsabilidade dos licitantes o acompanhamento dos esclarecimentos/adendo/erratas ou quaisquer outras informações acerca da presente licitação, dos quais serão publicados avisos no DOE (Diário Oficial do Estado de São Paulo) e disponibilizados na íntegra no endereço <https://bnccompras.com/Home/Login>.

22.11. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o Foro da Comarca de Paulínia (SP).

22.12. É facultada ao Pregoeiro ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta, conforme art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

22.13. Deverão ser observadas as diretrizes quanto ao cumprimento obrigatório das Normas Técnicas para servidores/empregados municipais, empregados de empresas contratadas e prestadores de serviço da municipalidade, em cumprimento ao Decreto Municipal nº 8.717, de 12 de outubro de 2024 (Anexo XII).

22.14. Constituem parte integrante do contrato ou outro instrumento equivalente resultante desta licitação, mesmo que não transcritos, todos os itens deste edital, seus anexos, a(s) proposta(s) da(s) licitante(s) vencedora(s) e quaisquer outros documentos ou cartas que porventura sejam apresentados em qualquer fase da licitação para complementar ou esclarecer a instrução do processo.

Paulínia, 16/07/2026.

DANILO BARROS
PREFEITO MUNICIPAL



ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO / TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO:

1.1 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE AQUECIMENTO PARA PISCINA, COMPOSTO POR QUATRO TROCADORES DE CALOR TERMA NAUTILUS 8. INCLUSO NA AQUISIÇÃO O FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, MATERIAIS, EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS NECESSÁRIAS À TOTAL EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, EM CONFORMIDADE COM ESTE TERMO DE REFERÊNCIA.

2. REGIME DE EXECUÇÃO:

2.1 O REGIME ADOTADO SERÁ O DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

3. TIPO DE LICITAÇÃO:

3.1 MENOR PREÇO.

4. MODALIDADE:

4.1 PREGÃO.

5. CONDIÇÃO DE SERVIÇO COMUM:

5.1 TRATA-SE DE SERVIÇOS COMUNS, FACILMENTE ENCONTRADOS NO MERCADO.

6. AGRUPAMENTO:

6.1 SIM.

6.2 JUSTIFICA-SE O AGRUPAMENTO DA AQUISIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE AQUECIMENTO PARA PISCINA COM OS RESPECTIVOS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, TENDO EM VISTA QUE AMBOS CONSTITUEM UMA SOLUÇÃO ÚNICA E INTEGRADA, SENDO TECNICAMENTE INTERDEPENDENTES PARA O ALCANCE DO RESULTADO PRETENDIDO PELA ADMINISTRAÇÃO. O ADEQUADO FUNCIONAMENTO DOS TROCADORES DE CALOR DEPENDE NÃO APENAS DO FORNECIMENTO DOS EQUIPAMENTOS, MAS TAMBÉM DE SUA CORRETA INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO E INTEGRAÇÃO À INFRAESTRUTURA EXISTENTE, DE MODO QUE A CONTRATAÇÃO CONJUNTA ASSEGURA A COMPATIBILIDADE TÉCNICA ENTRE TODOS OS COMPONENTES DO SISTEMA, A RESPONSABILIZAÇÃO DE UM ÚNICO FORNECEDOR PELA ENTREGA DA SOLUÇÃO COMPLETA E A REDUÇÃO DE RISCOS RELACIONADOS A INCOMPATIBILIDADES, FALHAS DE EXECUÇÃO, ATRASOS NA IMPLANTAÇÃO E DIFICULDADES NA PRESTAÇÃO DE GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA.

7. JUSTIFICATIVA:

7.1 A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DOS AQUECEDORES DE PISCINA TEM POR OBJETIVO GARANTIR CONDIÇÕES ADEQUADAS DE



USO DO ESPAÇO AQUÁTICO, ESPECIALMENTE EM PERÍODOS DE TEMPERATURAS MAIS BAIXAS, PROPORCIONANDO CONFORTO TÉRMICO AOS USUÁRIOS.

7.2A IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA COMPOSTO POR TROCADORES DE CALOR TERMA NAUTILUS 8 PERMITIRÁ A MANUTENÇÃO DA TEMPERATURA DA ÁGUA EM NÍVEIS IDEAIS PARA A PRÁTICA DE ATIVIDADES ESPORTIVAS, RECREATIVAS E DE REABILITAÇÃO, CONTRIBUINDO PARA A CONTINUIDADE DAS AULAS E PROGRAMAS DESENVOLVIDOS, SEM INTERRUPÇÕES DECORRENTES DE CONDIÇÕES CLIMÁTICAS ADVERSAS.

7.3ALÉM DISSO, A CONTRATAÇÃO CONTEMPLANDO O FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS NECESSÁRIAS ASSEGURA A CORRETA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS AQUECEDORES, GARANTINDO EFICIÊNCIA, SEGURANÇA E DURABILIDADE DOS EQUIPAMENTOS.

7.4DESSA FORMA, A PRESENTE CONTRATAÇÃO MOSTRA-SE ESSENCIAL PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS OFERTADOS À POPULAÇÃO, PROMOVENDO MAIOR APROVEITAMENTO DA ESTRUTURA PÚBLICA E INCENTIVO À PRÁTICA DE ATIVIDADES FÍSICAS E ESPORTIVAS.

8. JUSTIFICATIVA DA MARCA E DO MODELO

8.1A ESCOLHA DO MODELO E DA MARCA DOS EQUIPAMENTOS A SEREM ADQUIRIDOS JUSTIFICA-SE PELA NECESSIDADE DE COMPATIBILIDADE TÉCNICA COM O SISTEMA DE AQUECIMENTO JÁ EXISTENTE NAS PISCINAS.

8.2ATUALMENTE, A INFRAESTRUTURA INSTALADA OPERA COM TROCADORES DE CALOR DO MODELO TERMA NAUTILUS 8, O QUE TORNA A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DA MESMA MARCA E ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA A ALTERNATIVA MAIS ADEQUADA, EVITANDO A NECESSIDADE DE ADAPTAÇÕES, MODIFICAÇÕES OU SUBSTITUIÇÕES EM OUTROS COMPONENTES DO SISTEMA.

8.3A PADRONIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PROPORCIONA MAIOR EFICIÊNCIA OPERACIONAL, FACILIDADE NA MANUTENÇÃO E REDUÇÃO DE CUSTOS FUTUROS, ALÉM DE GARANTIR A CONTINUIDADE DO DESEMPENHO ESPERADO.

8.4ADEMAIS, A UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS JÁ CONSOLIDADOS NA ESTRUTURA EXISTENTE MINIMIZA RISCOS DE INCOMPATIBILIDADE, ASSEGURANDO MAIOR SEGURANÇA, CONFIABILIDADE E DURABILIDADE AO SISTEMA COMO UM TODO.

8.5PORTANTO, A OPÇÃO PELO MESMO MODELO E MARCA MOSTRA-SE TECNICAMENTE JUSTIFICADA E ECONOMICAMENTE VANTAJOSA PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

9. REFERÊNCIA DE PREÇOS:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA
Secretaria de Administração
Departamento de Licitações

9.1 FOI REALIZADA PESQUISA EM TRÊS EMPRESAS DO RAMO DO OBJETO, CONFORME PESQUISA PRELIMINAR DE PREÇOS.

9.2 A ESCOLHA DOS FORNECEDORES CONSULTADOS FUNDAMENTOU-SE NA SUA ATUAÇÃO NO MERCADO DE SISTEMAS DE AQUECIMENTO PARA PISCINAS, INCLUINDO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS, BEM COMO NA CAPACIDADE DE ATENDER ÀS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DEFINIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO. A SELEÇÃO BUSCOU CONTEMPLAR EMPRESAS COM EXPERIÊNCIA NO SEGMENTO E APTAS A FORNECER ORÇAMENTOS COMPATÍVEIS COM O OBJETO PRETENDIDO, GARANTINDO A OBTENÇÃO DE PARÂMETROS DE MERCADO SUFICIENTES PARA A ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO.

10. CONTATO DO RESPONSÁVEL:

10.1 FERNANDO MAZON CAPELOTTI MATRICULA 5260-4, TELEFONE (19) 3874 5752 EMAIL: ESPORTESERECREACAO@GMAIL.COM

11. LOCAL PARA ENTREGA DO MATERIAL:

11.1 O MATERIAL DEVERÁ SER ENTREGUE E DEVIDAMENTE INSTALADO NO ENDEREÇO **GINÁSIO DE ESPORTES "VICENTE AMATTE"** - RUA PRUDENTE PIGATTO, 281 – CENTRO, PAULÍNIA - SP, 13140-000.

12. PRAZO DE ENTREGA E EXECUÇÃO

12.1 APÓS EMISSÃO E RECEBIMENTO DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, OS AQUECEDORES DEVERÃO SER ENTREGUES E INSTALADOS NO GINÁSIO VICENTE AMATTE, DE ACORDO COM AS ORIENTAÇÕES DA SECRETARIA REQUISITANTE, TENDO A EMPRESA VENCEDORA, UM PRAZO MÁXIMO DE 15 (QUINZE) DIAS, A CONTAR DO RECEBIMENTO DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO.

12.2 APÓS O RECEBIMENTO DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, A CONTRATADA DEVERÁ ENTRAR EM CONTATO COM A SECRETARIA DE ESPORTES DE PAULÍNIA, NO PRAZO DE 24 HORAS, ATRAVÉS DO TELEFONE (19) 3874-5752, A FIM DE AGENDAR A ENTREGA DO OBJETO DO CERTAME.

12.3 QUANDO DEVIDAMENTE JUSTIFICADO E A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO, O PRAZO DE ENTREGA E INSTALAÇÃO ACORDADO NESTE TERMO DE REFERÊNCIA PODERÁ SER PRORROGADO UMA VEZ POR IGUAL PERÍODO.

12.4 O VENCEDOR DEVERÁ ACONDICIONAR O ITEM LICITADO DE FORMA A GARANTIR A MÁXIMA PROTEÇÃO DURANTE O TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO.

13. PROPOSTA



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA
Secretaria de Administração
Departamento de Licitações

13.1 A PROPOSTA, QUE COMPREENDE A DESCRIÇÃO DO MATERIAL OU SERVIÇO OFERTADO PELO LICITANTE, PREÇO UNITÁRIO E PREÇO TOTAL, DEVERÁ SER COMPATÍVEL COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS, BEM COMO ATENDER AS SEGUINTE EXIGÊNCIAS:

A. DESCRIÇÃO DO MATERIAL OBSERVADA AS MESMAS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA, DE FORMA CLARA E ESPECÍFICA, DESCREVENDO DETALHADAMENTE AS CARACTERÍSTICAS DO MATERIAL OFERTADO, BEM COMO PREÇOS UNITÁRIOS E TOTAL DETALHADOS EM PLANILHA, INCLUINDO ESPECIFICAÇÃO DE MARCA, PROCEDÊNCIA E OUTROS ELEMENTOS QUE DE FORMA INEQUÍVOCA IDENTIFIQUEM E CONSTATEM AS CARACTERÍSTICAS DO MATERIAL.

B. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA DE 60 (SESSENTA) DIAS, A CONTAR DA DATA DE SUA ASSINATURA E O PRAZO DE GARANTIA.

14. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS E MODELO DE PROPOSTA:

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
01	TROCADOR DE CALOR AQUECEDOR PISCINA TERMA NAUTILUS 08 Ficha Técnica: Comprimento: 1070mm; Profundidade: 949mm; Peso: 102Kg; Voltagem: 220V Trifásico; Potência: 38.870 Kcal/h; BTU/h: 154.246; Consumo: 6671 W/h; Capacidade: 38.870 Kcal; Garantia: 2 anos após o recebimento do produto.	UNID	4	R\$ 36.665,12	R\$ 146.660,48
02	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DOS TROCADORES DE CALOR Conforme orientações que constam no Termo de Referência.	SRV	1	R\$ 11.579,72	R\$ 11.579,72

14.1 APÓS A ENTREGA DOS MATERIAIS, IMEDIATAMENTE SERÁ INICIADA A INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS;

14.2 REALIZAR TODOS OS SERVIÇOS NECESSÁRIOS PARA FIXAÇÃO E INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA
Secretaria de Administração
Departamento de Licitações

14.3 A CONTRATADA DEVERÁ PREVER E FORNECER, SEM CUSTO ADICIONAL, TODAS AS PEQUENAS PEÇAS, REGISTROS, CONEXÕES HIDRÁULICAS E ELÉTRICAS, ACESSÓRIOS E DEMAIS MATERIAIS DE CONSUMO NECESSÁRIOS À PERFEITA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, INCLUINDO, MAS NÃO SE LIMITANDO A: FIAÇÃO ELÉTRICA, ARAMES, PARAFUSOS, BUCHAS, FITAS ISOLANTES, FITA TEFLON, VEDA ROSCA, COLAS E ADESIVOS PARA TUBOS PVC, FIXADORES, FITA CREPE E DEMAIS ITENS NECESSÁRIOS AO COMPLETO FUNCIONAMENTO DOS TROCADORES DE CALOR, DEVENDO TODOS OS CUSTOS ESTAREM INCLUÍDOS NA PROPOSTA;

14.4 A CONTRATADA SERÁ RESPONSÁVEL POR LIGAR OS TROCADORES DE CALOR À REDE ELÉTRICA, REALIZANDO AS ADEQUAÇÕES NECESSÁRIAS NA INFRAESTRUTURA E NOS CABEAMENTOS, INCLUINDO DIMENSIONAMENTO, COMPATIBILIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA ELÉTRICO PARA GARANTIR O PLENO FUNCIONAMENTO DOS EQUIPAMENTOS;

14.5 OS NOVOS CABEAMENTOS DEVERÃO SER INTERLIGADOS AOS DISJUNTORES TRIPOLARES EXISTENTES NO QUADRO DE POTÊNCIA DOS TROCADORES, DEVENDO A CONTRATADA AVALIAR PREVIAMENTE SUA CAPACIDADE E COMPATIBILIDADE, PROMOVENDO, SE NECESSÁRIO, SUBSTITUIÇÕES OU ADEQUAÇÕES SEM ÔNUS ADICIONAL À CONTRATANTE;

14.6 HAVENDO NECESSIDADE, A CONTRATADA DEVERÁ EXECUTAR ADEQUAÇÕES NA INFRAESTRUTURA ELÉTRICA, COM EXTENSÃO DA REDE DESDE O QUADRO ELÉTRICO LOCALIZADO NA CASA DE MÁQUINAS DA PISCINA ATÉ OS EQUIPAMENTOS;

14.7 HAVENDO NECESSIDADE, NO QUADRO DE COMANDO A CONTRATADA DEVERÁ INSTALAR OS COMPONENTES NECESSÁRIOS À ADEQUADA PROTEÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS EQUIPAMENTOS;

14.8 A CONTRATADA SERÁ RESPONSÁVEL PELA INSTALAÇÃO DE TODAS AS CONEXÕES, TUBULAÇÕES E ADAPTAÇÕES HIDRÁULICAS NECESSÁRIAS AO ABASTECIMENTO DOS TROCADORES DE CALOR, INCLUINDO EVENTUAIS READEQUAÇÕES CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO FABRICANTE;

14.9 DEVERÁ SER INSTALADO TUBO EM PVC DE ¾" PARA O SISTEMA DE DRENAGEM;

14.10 NOS NOVOS TROCADORES DE CALOR, A CONTRATADA DEVERÁ INSTALAR REGISTROS, LUVAS DE UNIÃO E SISTEMA BYPASS, CONFORME NECESSIDADE TÉCNICA E ORIENTAÇÃO DO FABRICANTE;

14.11 A CONTRATADA DEVERÁ DISPONIBILIZAR TODAS AS FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS, ACESSÓRIOS E MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, INCLUINDO MÃO DE OBRA TÉCNICA ESPECIALIZADA;

14.12 A INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DEVERÁ SER REALIZADA EM CONFORMIDADE COM AS RECOMENDAÇÕES DO FABRICANTE;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA
Secretaria de Administração
Departamento de Licitações

14.13 DEVERÃO SER REALIZADOS TESTES, AJUSTES E COMISSONAMENTO COMPLETO DO SISTEMA, COM VERIFICAÇÃO DE FUNCIONAMENTO CONTÍNUO E ESTABILIZAÇÃO DOS PARÂMETROS OPERACIONAIS;

14.14 A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DEVERÁ ESTAR EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS TÉCNICAS DA ABNT, PORTARIAS E RESOLUÇÕES VIGENTES;

14.15 A ENTREGA DO OBJETO SOMENTE SERÁ CONSIDERADA CONCLUÍDA APÓS A COMPROVAÇÃO DO PLENO FUNCIONAMENTO DOS TROCADORES DE CALOR EM REGIME CONTÍNUO DE OPERAÇÃO, NOS PARÂMETROS DEFINIDOS PELA CONTRATANTE.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 ANTES DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA, A LICITANTE DEVERÁ REALIZAR TODO O LEVANTAMENTO TÉCNICO E OPERACIONAL NECESSÁRIO, DE MODO A CONSIDERAR TODAS AS CONDIÇÕES PARA EXECUÇÃO DO OBJETO, NÃO PODENDO ALEGAR POSTERIORMENTE OMISSÕES OU DESCONHECIMENTO PARA FINS DE REAJUSTE DE PREÇOS, ALTERAÇÃO DE PRAZOS OU QUALIDADE.

15.2 A LICITANTE PODERÁ REALIZAR VISTORIA FACULTATIVA NO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, MEDIANTE PRÉVIO AGENDAMENTO PELO TELEFONE (19) 3874-5752, COM O SR. FERNANDO MAZON CAPELOTTI, MATRÍCULA 5260-4, A FIM DE TOMAR CIÊNCIA DAS CONDIÇÕES LOCAIS E EVENTUAIS DIFICULDADES DE EXECUÇÃO.

15.3 É RESERVADO À CONTRATANTE O DIREITO DE RECUSAR O RECEBIMENTO DE PRODUTOS OU EQUIPAMENTOS QUE NÃO ATENDAM ÀS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS EXIGIDAS, QUE APRESENTEM AVARIAS, DEFEITOS OU QUALQUER IRREGULARIDADE.

15.4 O PREÇO PROPOSTO DEVERÁ CONTEMPLAR TODOS OS CUSTOS DIRETOS E INDIRETOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO, INCLUINDO FORNECIMENTO, TRANSPORTE, ENTREGA, DESCARGA, MÃO DE OBRA, TRIBUTOS, ENCARGOS SOCIAIS, SEGUROS E DEMAIS DESPESAS INCIDENTES, NÃO SENDO ADMITIDO QUALQUER ACRÉSCIMO POSTERIOR.

15.5 A CONTRATADA É RESPONSÁVEL POR VERIFICAR PREVIAMENTE OS PRAZOS DE SEUS FORNECEDORES, NÃO SENDO ACEITAS JUSTIFICATIVAS DE ATRASO DECORRENTES DE FALHAS NA CADEIA DE FORNECIMENTO.

15.6 A CONTRATADA DEVERÁ PROMOVER, ÀS SUAS EXPENSAS, A SUBSTITUIÇÃO OU CORREÇÃO DE PRODUTOS OU EQUIPAMENTOS QUE APRESENTEM DEFEITOS, AVARIAS OU NÃO ESTEJAM EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL, NO PRAZO ESTABELECIDO.

15.7 TODOS OS CUSTOS NECESSÁRIOS AO CUMPRIMENTO INTEGRAL DO OBJETO DEVERÃO ESTAR INCLUSOS NA PROPOSTA, INCLUINDO IMPOSTOS, TAXAS, FRETE, SEGUROS,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA
Secretaria de Administração
Departamento de Licitações

EMBALAGENS, TRANSPORTE, CARGA E DESCARGA, BEM COMO QUAISQUER OUTROS ENCARGOS INCIDENTES.

15.8 O RECEBIMENTO DO OBJETO SERÁ REALIZADO MEDIANTE AVERIGUAÇÃO DA CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL, QUANTO À QUALIDADE, QUANTIDADE E CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS, PODENDO SER RECUSADO EM CASO DE NÃO CONFORMIDADE.

15.9 A GARANTIA MÍNIMA DOS EQUIPAMENTOS SERÁ DE 24 (VINTE E QUATRO) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E/OU INSTALAÇÃO, CONTADOS A PARTIR DO RECEBIMENTO DEFINITIVO, SEM PREJUÍZO DA GARANTIA DO FABRICANTE E DA GARANTIA DOS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, QUANDO APLICÁVEL.

15.10 A CONTRATADA SERÁ RESPONSÁVEL POR TODAS AS DESPESAS DECORRENTES DA EXECUÇÃO DO OBJETO, INCLUINDO OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS, ENCARGOS SOCIAIS E DEMAIS CUSTOS INCIDENTES, NÃO GERANDO QUALQUER ÔNUS ADICIONAL À CONTRATANTE.

16. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

16.1 MANTER INALTERADOS OS TERMOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDOS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA E NO INSTRUMENTO CONTRATUAL;

16.2 APÓS A EMISSÃO DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, A CONTRATADA DEVERÁ ENTRAR EM CONTATO COM A SECRETARIA MUNICIPAL REQUISITANTE NO PRAZO MÁXIMO DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, PARA CIÊNCIA E PROGRAMAR A ENTREGA E INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS;

16.3 A CONTRATADA SERÁ RESPONSÁVEL PELO TRANSPORTE, ENTREGA, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DOS TROCADORES DE CALOR NO LOCAL INDICADO PELA ADMINISTRAÇÃO;

16.4 A CONTRATADA DEVERÁ DISPONIBILIZAR E MANTER EQUIPE TÉCNICA ESPECIALIZADA E HABILITADA PARA A EXECUÇÃO COMPLETA DO OBJETO, INCLUINDO MONTAGEM, INSTALAÇÃO, ADEQUAÇÕES E COMISSONAMENTO;

16.5 OS EQUIPAMENTOS FORNECIDOS DEVERÃO SER NOVOS, DE PRIMEIRA QUALIDADE, ORIGINAIS DE FÁBRICA, NÃO RECONDICIONADOS, E ESTAR EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO TERMO DE REFERÊNCIA;

16.6 A CONTRATADA SERÁ RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO COMPLETA DA INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS, INCLUINDO FIXAÇÃO, LIGAÇÕES HIDRÁULICAS E ELÉTRICAS, ADEQUAÇÕES DE INFRAESTRUTURA, MATERIAIS DE CONSUMO E ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS AO PLENO FUNCIONAMENTO;

16.7 A CONTRATADA SERÁ RESPONSÁVEL POR TODO O DIMENSIONAMENTO, COMPATIBILIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DOS SISTEMAS ELÉTRICO E HIDRÁULICO NECESSÁRIOS AO FUNCIONAMENTO DOS EQUIPAMENTOS, SEM ÔNUS ADICIONAL À CONTRATANTE;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA
Secretaria de Administração
Departamento de Licitações

16.8 A CONTRATADA ASSUMIRÁ TOTAL RESPONSABILIDADE POR QUAISQUER ACIDENTES DE TRABALHO, DANOS MATERIAIS OU LESÕES ENVOLVENDO SEUS EMPREGADOS OU PREPOSTOS DURANTE A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS;

16.9 A CONTRATADA SERÁ RESPONSÁVEL POR QUAISQUER DANOS OU PREJUÍZOS CAUSADOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO OU A TERCEIROS DECORRENTES DA EXECUÇÃO DO OBJETO, AINDA QUE DE FORMA CULPOSA;

16.10 A CONTRATADA ASSUMIRÁ TODAS AS RESPONSABILIDADES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS, FISCAIS, SOCIAIS E DE SEGURANÇA DO TRABALHO RELATIVAS A SEUS EMPREGADOS, INCLUINDO ENCARGOS, SEGUROS E DEMAIS OBRIGAÇÕES LEGAIS, SEM QUALQUER VÍNCULO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA;

16.11 A CONTRATADA DEVERÁ ATENDER INTEGRALMENTE À LEGISLAÇÃO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL APLICÁVEL, BEM COMO ÀS NORMAS TÉCNICAS DA ABNT E ÀS RECOMENDAÇÕES DO FABRICANTE DOS EQUIPAMENTOS;

16.12 A CONTRATADA SERÁ RESPONSÁVEL PELA GARANTIA INTEGRAL DOS EQUIPAMENTOS E DOS SERVIÇOS EXECUTADOS, NOS TERMOS DO FABRICANTE E DA LEGISLAÇÃO VIGENTE, INCLUINDO O PLENO FUNCIONAMENTO DO SISTEMA;

16.13 QUAISQUER DANOS, DEFEITOS OU FALHAS DECORRENTES DA ENTREGA, INSTALAÇÃO OU EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS SERÃO DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA, DEVENDO SER CORRIGIDOS SEM ÔNUS ADICIONAL À CONTRATANTE;

16.14 A ENTREGA DO OBJETO SOMENTE SERÁ CONSIDERADA ACEITA APÓS A COMPROVAÇÃO DO PLENO FUNCIONAMENTO DOS TROCADORES DE CALOR, INCLUINDO TESTES, AJUSTES E OPERAÇÃO CONTÍNUA.

17. OBRIGAÇÕES TÉCNICAS DO CONTRATADO

17.1 A CONTRATADA DEVERÁ APRESENTAR REGISTRO OU INSCRIÇÃO NO CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CREA, COMPATÍVEL COM O OBJETO CONTRATADO.

17.2 A CONTRATADA DEVERÁ INDICAR PROFISSIONAL LEGALMENTE HABILITADO E REGISTRADO NO CREA COMO RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, O QUAL DEVERÁ EMITIR A RESPECTIVA ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (ART), DEVIDAMENTE QUITADA, REFERENTE AO OBJETO DESTES INSTRUMENTOS, ANTES DO INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

17.3 A CONTRATADA DEVERÁ COMPROVAR QUE O PROFISSIONAL RESPONSÁVEL TÉCNICO POSSUI VÍNCULO COM A EMPRESA, O QUAL PODERÁ SER DEMONSTRADO POR MEIO DE: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, CONTRATO SOCIAL, OU VÍNCULO EMPREGATÍCIO



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA
Secretaria de Administração
Departamento de Licitações

REGIDO PELA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO (CLT), OU DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DO PROFISSIONAL PARA EXECUÇÃO DO OBJETO.

18. OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO

18.1 ASSEGURAR AO PESSOAL TÉCNICO DA CONTRATADA, ENCARREGADOS DOS SERVIÇOS DE MONTAGEM, LIVRE ACESSO, EM HORÁRIO PREVIAMENTE ESTABELECIDOS;

18.2 AUTORIZAR A ENTRADA DE EQUIPAMENTO PERTENCENTE A CONTRATADA;

18.3 ACOMPANHAR E SUPERVISIONAR OS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS E DAR AS DEVIDAS ORIENTAÇÕES;

18.4 EXERCER A FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS ATRAVÉS DE SERVIDORES ESPECIALMENTE DESIGNADOS PARA ESTE FIM;

19. DISPENSA DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

19.1 TENDO EM VISTA A QUANTIDADE DE ITENS SOLICITADOS, DISPENSA-SE A NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA PARA ESTE CERTAME.

20. GARANTIA DO EQUIPAMENTO

20.1 O EQUIPAMENTO FORNECIDO DEVERÁ TER A GARANTIA DE FUNCIONAMENTO DE 2 ANOS, SEM PREJUÍZO DA GARANTIA LEGAL E DA GARANTIA CONTRATUAL ADICIONAL EVENTUALMENTE OFERECIDA PELO FABRICANTE

21. PRAZO DE PAGAMENTO

21.1 O PAGAMENTO SERÁ EFETUADO EM ATÉ 30 (TRINTA) DIAS DE ACORDO COM A ENTREGA DOS ITENS, DEVIDAMENTE ATESTADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES.

22. PRAZO DE CONTRATAÇÃO

22.1 O PRAZO DE CONTRATAÇÃO SERÁ DE CENTO E OITENTA (180) DIAS.

23. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

23.1 A DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA A SER UTILIZADA NA PRESENTE CONTRATAÇÃO É A SEGUINTE:

FICHA 890 - 02.21.01.27.812.0023.2.070.3.3.90.39.00.01.110.0000

FICHA 894 - 02.21.01.27.812.0023.2.070.4.4.90.52.00.01.110.0000

24. ATRIBUIÇÕES DO GESTOR E DO FISCAL DO CONTRATO



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA
Secretaria de Administração
Departamento de Licitações

- 24.1 ACOMPANHAR A ENTREGA DO BEM, O QUAL DEVE ESTAR EM PERFEITAS CONDIÇÕES;
- 24.2 AUTORIZAR O PAGAMENTO APENAS APÓS VALIDAÇÃO DA ENTREGA EM CONFORMIDADE COM O ITEM ANTERIOR;
- 24.3 COMUNICAR IRREGULARIDADES E SUGERIR PENALIDADE, QUANDO CABÍVEL.
- 24.4 VERIFICAR E ATESTAR SE O CONTRATADO MANTÉM O CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO COMPATÍVEL COM O NÚMERO DE EMPREGADOS, NA FORMA DO ART. 4º--B DA LEI NO 6.019/1974, QUANDO CABÍVEL.
- 24.5 VERIFICAR E ATESTAR A CORRETA ENTREGA DO BEM CONTRATADO, DEVENDO NOTIFICAR QUALQUER IRREGULARIDADE ENCONTRADA.

GESTOR CONTRATUAL: FERNANDO MAZON CAPELOTTI – CHEFE DE GABINETE – CPF: 260.107.088-93.

FISCAL CONTRATUAL: EDMILSON FRANCISCHINES – AGENTE DE APOIO OPERACIONAL – CPF: 119.251.268-54.

FISCAL SUPLENTE: JOSÉ AIRTON VIANA JÚNIOR – DIRETOR DE INFRAESTRUTURA, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO – CPF: 367.676.418-80.

25. ASSINATURAS

DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA.

APROVO O PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA, BEM COMO ESTOU DE ACORDO COM TODAS AS INFORMAÇÕES PRESTADAS NAS DECLARAÇÕES E ASSINATURAS ACIMA.

PAULÍNIA, 10/06/2026.



ANEXO II – MINUTA DECLARAÇÃO REQUISITOS DA HABILITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO nº:

Protocolado Administrativo nº:

Objeto:

A _____ (nome da licitante),
por seu representante legal (doc. Anexo), inscrita no CNJP sob nº
_____, com sede à
_____, nos termos do artigo 63, Inc. I, da
Lei nº 14.133/2021, declara para os devidos fins de direito que cumpre
plenamente os requisitos da habilitação estabelecidos nas cláusulas do edital
em epígrafe.

Sendo expressão da verdade subscrevo-me.

_____, ____ de _____ de 20____.
(Local e data)

(Representante legal — nome, cargo e assinatura)



ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO SOB Nº, OBJETO:....., QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PAULÍNIA E

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PAULÍNIA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Prefeitura Municipal, situada na Avenida Prefeito José Lozano Araújo, nº 1551, Bairro Parque Brasil 500, Paulínia/SP, inscrita no CNPJ/MF sob nº 45.751.435/0001-06.

REPRESENTANTE DA CONTRATANTE: Prefeito Municipal, (qualificação), e Sr. Secretário de, (qualificação).

CONTRATADA:, inscrita no CNPJ/MF sob nº e com Inscrição Estadual nº, com sede na, neste ato representada pelo Sr. (qualificação).

CLÁUSULAS CONTRATUAIS:

DO OBJETO

Primeira: O objeto do presente instrumento é a _____, objeto do PREGÃO ELETRÔNICO nº ____/____, Processo Administrativo nº ____/____, Edital nº ____/____, correspondendo aos itens:

ITEM	QTD.	UNID.	DESCRIÇÃO	V.UNIT.	V.TOTAL

Parágrafo Único: São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- O Termo de Referência que embasou a contratação;
- O Edital de Licitação, a Autorização de Contratação Direta e/ou o Aviso de Dispensa Eletrônica, caso existentes;
- A Proposta do Contratado; e
- Eventuais anexos dos documentos supracitados.



DA EXECUÇÃO

Segunda: A **CONTRATADA** prestara os serviços, objeto do presente contrato, obedecendo ainda as demais diretrizes previstas no protocolado administrativo nº _____ e de acordo com o termo de referência e orçamento apresentado, durante toda a execução do contrato, responsabilizando-se por todos os itens necessários para o fornecimento.

Parágrafo Primeiro: O regime de execução deste contrato é o de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

Parágrafo Segundo: Os serviços desta licitação deverão ser iniciados no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da Autorização de Fornecimento, para ciência e programar a entrega e instalação dos equipamentos, conforme previsto no edital, correndo por conta da CONTRATADA as despesas de embalagem, montagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da entrega.

Parágrafo Terceiro: O prazo para execução dos serviços referente a esta licitação será de 06 (seis) meses a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado/alterado nos limites permitidos por Lei.

Parágrafo Quarto: A gestão contratual deverá ser de responsabilidade da SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, através do(a) respectivo(a) gestor(a), cujas atribuições são:

- a) Controlar os saldos contratuais e orçamentários;
- b) Controlar os prazos de vigências contratuais, incluindo-se aditamentos, prorrogações e/ou reajustes;
- c) Aplicar as penalidades previstas no edital e no contrato quando da ocorrência de descumprimento das cláusulas acordadas e solicitar através dos protocolos administrativos as devidas providências;
- d) Solicitar à Contratada e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias para o bom andamento das prestações de serviços;
- e) Acompanhar e atestar o recebimento definitivo dos materiais e produtos, desde que atendidas especificações de responsabilidade da secretaria requisitante e as obrigações contratuais;
- f) Solicitar ou ratificar por escrito o Atestado de Capacidade Operacional e/ou Profissional quando requerido pela contratada, desde que atendidas plenamente as obrigações contratuais e devidamente atestado o efetivo cumprimento das mesmas, conforme o edital e contrato para a Divisão de Compras, Fundo Municipal de Saúde ou Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos;



- g) Atestar e encaminhar ao Setor competente as notas fiscais em estrito cumprimento ao Edital e Contrato para os procedimentos quanto aos trâmites administrativos relacionados aos respectivos pagamentos;
- h) Designar formalmente um servidor para acompanhar a fiscalização da execução de cada contrato de prestação e/ou aquisição de produtos;
- i) Verificar e atestar se o contratado mantém as mesmas condições habilitatórias, bem como a manutenção de regularidade fiscal durante toda a vigência contratual.
- j) Verificar e atestar se o contratado mantém o cumprimento das obrigações trabalhistas, na forma do Art. 121, § 3º da Lei nº 14.133/2021;
- k) Verificar e atestar se o contratado mantém o capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.

DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

Terceira: O objeto do presente contrato somente será recebido se estiver plenamente de acordo com as especificações constantes do Protocolado nº _____, PREGÃO ELETRÔNICO _____ e da proposta apresentada pela contratada.

Quarta: Por ocasião da entrega, a **CONTRATADA** deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Documento de Identidade (RG), do servidor da **CONTRATANTE** responsável pelo recebimento.

Quinta: Constatadas irregularidades no objeto contratual, a **CONTRATANTE** poderá:

- a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
 - a.1) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 03 (três) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;
- b) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
 - b.1) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Contratante, no prazo máximo de 03



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA
Secretaria de Administração
Departamento de Licitações

(três) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

Sexta: O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente no prazo de 90 (noventa) dias corridos, após o recebimento provisório, uma vez verificado o atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas, mediante Termo de Recebimento Definitivo ou Recibo, firmado pelo servidor responsável.

DO PAGAMENTO

Sétima: O preço, para a presente contratação, é no valor de R\$ (.....).

Parágrafo Primeiro: O pagamento será efetuado em 30 (trinta) dias após a entrega da Nota Fiscal/Fatura, que deverá ocorrer após os serviços prestados, atestados e devidamente comprovados pelo órgão responsável, através de depósito na conta corrente da CONTRATADA, junto ao Banco _____ (____), agência nº _____, conta corrente nº _____.

Parágrafo Segundo: Os pagamentos dar-se-ão condicionados à prestação do serviço pela CONTRATADA, ficando a Municipalidade autorizada, de pleno direito, a suspender o pagamento, de qualquer uma das parcelas, havendo qualquer interrupção do fornecimento, objeto do presente Termo Contratual, salvo impedimento de força maior, devidamente comprovado.

Parágrafo Terceiro: Recebidos os serviços, a Contratada emitirá a respectiva nota fiscal/fatura acompanhada das certidões que comprovem a manutenção das condições habilitatórias nos termos da Lei 14.133/2021, sendo que a manutenção, o acompanhamento e a fiscalização da documentação deverão ser efetuados pela SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, através do(a) gestor(a) contratual.

Parágrafo Quarto: Conforme o protocolo ICMS 42/09, ficam obrigados a emitir Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, modelo 55, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, a partir de 1º de dezembro de 2010, os contribuintes (Exceto MEI) que, independentemente da atividade econômica exercida, realizem operações destinadas à Administração Pública direta ou indireta.

Parágrafo Quinto: A Administração poderá exigir, como condição para a liberação de pagamentos mensais, a apresentação dos seguintes documentos comprobatórios:

I – Folha de pagamento dos empregados vinculados à execução contratual;

II – Comprovante de recolhimento do FGTS (Guia GFIP);



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA
Secretaria de Administração
Departamento de Licitações

- III – Comprovante de pagamento da contribuição previdenciária (INSS);
- IV – Comprovante de quitação dos salários (holerites ou recibos);
- V – Comprovante de pagamento de vale-transporte, alimentação e outros benefícios, se previstos;
- VI – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT atualizada.

Parágrafo Sexto: Aferidos os produtos e documentos anexados à nota fiscal/fatura pela SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, esta emitirá o seu recebimento e encaminhará para a Secretaria Municipal de Finanças providenciar o respectivo pagamento.

Parágrafo Sétimo: Os pagamentos a serem efetuados pelo MUNICÍPIO DE PAULÍNIA, não obstante o prazo acima fixado, obedecerão às normas da Lei Federal nº 14.133/2021 e posteriores alterações.

Parágrafo Oitavo: As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA e seu vencimento ocorrerá em 05 (cinco) dias após a data de sua apresentação válida.

Parágrafo Nono: Não haverá correção monetária entre o ateste da Nota Fiscal e o efetivo pagamento, respeitando os prazos previstos no presente contrato. Porém, ocorrendo inadimplemento / mora no pagamento, incidirá o mesmo coeficiente de atualização monetária previsto no presente contrato. O regramento seguirá as orientações proferidas na Portaria 001/2024/SMF de 20/02/2024, publicada no Diário Oficial do Município em 22/02/2024.

Oitava: Os preços são fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, a contar da data do orçamento estimado em 10/06/2026. Após cada período de 12 (doze) meses, os valores contratados poderão ser reajustados, visando a adequação aos preços de mercado pela variação percentual, com base no indicador INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IBGE).

DO PRAZO

Nona: O prazo da contratação terá a duração de 6 (SEIS) meses, a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado ~~por sucessivos períodos~~, de acordo com o artigo ~~105 e seguintes~~ 111 da Lei 14.133/2021. *(O prazo será definido de acordo com o objeto licitado: serviço continuado, serviço de TI ou outros casos elencados nos artigos 105 a 114 da Lei 14.133/2021)*

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Décima: As despesas decorrentes da execução deste contrato deverão onerar a dotação orçamentária codificada sob nº



DAS GARANTIAS

Décima Primeira: Não será exigida a prestação de garantia para a contratação resultante desta licitação.

DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES

Décima Segunda: É direito da CONTRATANTE exigir o adimplemento contratual, com a efetiva contraprestação.

OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Décima Terceira: São obrigações do Contratante:

- I** - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- II** - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- III** - Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- IV** - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- V** - Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- VI** - Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
- VII** - Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- VIII** - Observar as diretrizes quanto ao cumprimento obrigatório das Normas Técnicas para servidores/empregados municipais, empregados de empresas contratadas e prestadores de serviço da municipalidade, em cumprimento ao Decreto Municipal nº 8.717, de 12 de outubro de 2024 (Anexo XII).
- IX** - Exigir do Contratado medidas para assegurar o cumprimento das obrigações trabalhistas, na forma do Art. 121, § 3º da Lei nº 14.133/2021;
- X** - Exigir do Contratado a comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.



OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Décima Quarta: O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

I - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior;

II - Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

III - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços/produtos nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

IV - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

V - A **CONTRATADA** deverá prestar os serviços solicitados, obedecendo ainda as demais diretrizes previstas no protocolado administrativo nº _____, PREGÃO ELETRÔNICO _____ e de acordo com o termo de referência e orçamento apresentado, durante toda a execução do contrato, responsabilizando-se por todos os itens necessários para o fornecimento;

VI - Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

VII - Cumprir rigorosamente todas as obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato, inclusive aquelas relativas a seus empregados, prepostos ou subcontratados, sendo de sua exclusiva responsabilidade quaisquer encargos decorrentes;

VIII - Apresentar, no caso de rescisão contratual de empregados, no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a efetivação da rescisão, cópia do Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho, comprovantes de pagamento das verbas rescisórias e guias de recolhimento das indenizações devidas;



IX - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

X - Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

XI - Não submeter trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

XII - Não utilizar qualquer trabalho realizado por menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

XIII - Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

XIV - Realizar a recepção e o tratamento de denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

XV - Responsabilizar-se solidariamente por atos e omissões de eventual empresa subcontratada que resultem em descumprimento da legislação trabalhista;

XVI - Observar as diretrizes quanto ao cumprimento obrigatório das Normas Técnicas para servidores/empregados municipais, empregados de empresas contratadas e prestadores de serviço da municipalidade, em cumprimento ao Decreto Municipal nº 8.717, de 12 de outubro de 2024 (Anexo XII).

XVII - Manter, durante toda a vigência do contrato, capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974, de acordo com o Tema 1.118 do Supremo Tribunal Federal, apresentando, quando solicitada, a respectiva documentação comprobatória, no prazo fixado pela fiscalização contratual;

XVIII - O não cumprimento das obrigações trabalhistas pela contratada ensejará:

a) A retenção de valores devidos, para garantir o adimplemento das obrigações;

b) A aplicação das sanções previstas neste edital e no contrato;

c) A possibilidade de execução direta das verbas inadimplidas pela Administração, mediante decisão judicial ou nos termos do art. 121, §1º da Lei nº 14.133/2021, com posterior desconto dos valores pagos nos créditos da contratada.



XIX - A Administração reserva-se o direito de realizar fiscalização, direta ou por amostragem, sobre o cumprimento das obrigações trabalhistas, podendo solicitar documentos adicionais a qualquer tempo.

DAS SANÇÕES

Décima Quinta: Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que:

I – Com dolo ou culpa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

II - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

III - Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

A - Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

B - Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

C - Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

D - Deixar de apresentar amostra;

E - Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

IV - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta ou recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

V - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

VI - Fraudar a licitação.

VII - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

A - Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

B - Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

C - Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

VIII - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.



IX - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

Décima Sexta: Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021 e Arts. 156 e 157 do Decreto nº 8.388/2023 e suas alterações, a Administração poderá, garantida a prévia defesa e o contraditório, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

A - Advertência;

B - Multa;

C - Impedimento de licitar e contratar com o Município de Paulínia; e

D - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Décima Sétima: Na aplicação das sanções serão considerados:

A - A natureza e a gravidade da infração cometida;

B - As peculiaridades do caso concreto;

C - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

D - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

E - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Décima Oitava: A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado / valor empenhado (*em caso de Ata de Registro de Preços*) da respectiva Autorização de Fornecimento, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da comunicação oficial.

I - Para as infrações previstas na Clausula Décima Quinta - Inc. I, II e III: a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

II - Para as infrações previstas na Clausula Décima Quinta - Inc. IV, V, VI, VII, VIII e IX: a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

III - Por dia de atraso na entrega injustificado: 0,5% por dia de atraso, sobre o valor solicitado na entrega, conforme Autorização de Fornecimento ou Solicitação de Compra, até o Trigésimo dia, configurando-se, após esse prazo, a hipótese de rescisão unilateral da avença por parte dessa Administração pela inexecução, parcial ou total, de seu objeto.

IV – Por inexecução contratual parcial: 15% sobre o valor do saldo contratual (*em caso de Ata de Registro de Preços*) da respectiva Autorização de Fornecimento.

A – Sobre a parcela não executada do ajuste decorrente deste certame; ou por material não aceito pela Contratante e não substituído no prazo



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA
Secretaria de Administração
Departamento de Licitações

fixado por esta, prazo este que não excederá 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação.

V – Por inexecução contratual total: 30% sobre o valor do contrato licitado *(em caso de Ata de Registro de Preços) da respectiva Autorização de Fornecimento.*

VI – As multas, calculadas como acima, deverão ser recolhidas no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada por esta Administração.

A - As multas, calculada como acima, poderão ser deduzidas, até seu valor total, de quaisquer pagamentos devidos à adjudicatária, mesmo que referentes a outras avenças, ou deduzidas de eventual garantia de contrato. Poderão, alternativamente, ser inscritas em Dívida Ativa do Município para cobrança executiva ou cobradas judicialmente.

B - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

Décima Nona: As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

Vigésima: Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

Vigésima Primeira: A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

Vigésima Segunda: Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações acima discriminadas, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

Vigésima Terceira: A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA
Secretaria de Administração
Departamento de Licitações

Vigésima Quarta: A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis – que será nomeada pelo Secretário da Pasta requisitante - que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

Vigésima Quinta: Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior – Sr. Prefeito Municipal, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

Vigésima Sexta: Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

Vigésima Sétima: O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Vigésima Oitava: A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

DA LICITAÇÃO

Vigésima Nona: Este contrato fica vinculado ao Edital nº. / na modalidade licitatória PREGÃO ELETRÔNICO, objeto do Protocolado nº..... / bem como à proposta da CONTRATADA, cujos elementos ficam fazendo parte integrante deste instrumento, independente de transcrição.

DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

Trigésima: O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

Parágrafo Primeiro: Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado, ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas.



Parágrafo Segundo: Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a *continuidade da execução contratual*.

Trigésima Primeira: Constituirão motivos para extinção do contrato, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações previstas no art. 137 da Lei 14.133/2021.

Parágrafo Único: A extinção do contrato, observando disposto nos artigos 138 e 139 da Lei 14.133/2021, poderá ser:

- I – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II – Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- III – Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissária ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

DA LEI GERAL ANTICORRUPÇÃO

Trigésima Segunda: Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

DA LEGISLAÇÃO

Trigésima Terceira: As legislações aplicáveis à execução do contrato são a Lei Federal nº 14.133/2021, o Decreto Municipal nº 8.388/2023 e suas alterações, e, especialmente em relação aos casos omissos, as disposições de Direito Privado, no que for compatível.

DA LEI GERAL DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Trigésima Quarta: As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA
Secretaria de Administração
Departamento de Licitações

firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

Parágrafo Primeiro: Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

Parágrafo Segundo: É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

Parágrafo Terceiro: É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

DO FORO

Trigésima Quinta: As partes elegem o Foro da Comarca de Paulínia, Estado de São Paulo, para dirimir qualquer dúvida que possa advir da execução do presente contrato.

E, por estarem plenamente justas e contratadas, assinam as partes este instrumento, em duas vias de igual teor e forma, diante de duas testemunhas, para que produza os efeitos de Lei.

Paulínia, de de 20....



ANEXO IV – TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE:

CONTRATADO:

CONTRATO Nº (DE ORIGEM):

OBJETO:

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://doe.tce.sp.gov.br/>), em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2024, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA
Secretaria de Administração
Departamento de Licitações

Paulínia, de de 2025.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO
DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

PELO CONTRATANTE:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA
Secretaria de Administração
Departamento de Licitações

Nome:

Cargo:

Assinatura: _____

PELA CONTRATADA:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

GESTOR(A) DO CONTRATO:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____



ANEXO V – DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP

CONTRATANTE:

CNPJ Nº:

CONTRATADA:

CNPJ Nº:

CONTRATO Nº (DE ORIGEM):

DATA DA ASSINATURA:

VIGÊNCIA:

OBJETO:

VALOR (R\$):

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Em se tratando de obras/serviços de engenharia:

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, em especial, os a seguir relacionados, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados:

- a) memorial descritivo dos trabalhos e respectivo cronograma físico-financeiro;
- b) orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;
- c) previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA
Secretaria de Administração
Departamento de Licitações

d) comprovação no Plano Plurianual de que o produto das obras ou serviços foi contemplado em suas metas;

e) as plantas e projetos de engenharia e arquitetura.

_____, ____ de _____ de 20____.

(Local e data)

(Representante legal — nome, cargo e assinatura)



ANEXO VI – PROCURAÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO nº _____ / _____

Objeto: _____

A empresa _____,
inscrita no C.N.P.J. sob nº _____, situada na
_____,
Bairro _____, Cidade _____,
Estado _____, por seu representante legal _____,
nacionalidade _____, estado civil _____,
portador da cédula de identidade de R.G. nº. _____ e
inscrito no C.P.F. (M.F.) sob nº. _____,
pelo presente instrumento, nomeia e constitui seu bastante procurador
_____, nacionalidade _____, estado
civil _____, portador da cédula de identidade de R.G. nº.
_____ e inscrito no C.P.F. (M.F.) sob nº.
_____, ao qual confere poder específico para
assinatura do contrato e do termo de ciência e de notificação referentes ao
PREGÃO ELETRÔNICO supracitado.

_____, ____ de _____ de 20____.
(Local e data)

(Representante legal — nome, cargo e assinatura)



ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

_____ (nome da empresa),
inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu
representante legal, Sr.(a) _____, portador(a) da
Carteira de Identidade nº _____, Órgão expedidor _____ e do
C.P.F nº _____, DECLARA QUE:

- A) É microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do
enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123/2006.
- B) Está apta a exercer os benefícios de que trata o Capítulo V da Lei
Complementar nº 123/2006, tendo receita bruta compatível com o que
preconizam os incisos I e II do art. 3º e não incidindo em nenhum dos
impedimentos do §4º do mesmo artigo.
- C) No ano-calendário de realização da presente licitação, a empresa não
celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados
extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento
como empresa de pequeno porte, em conformidade com o art. 4º, §2º da
Lei Federal nº 14.133/2021.

_____, ____ de _____ de 20 ____.

(Local e data)

(Representante legal — nome, cargo e assinatura)



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA
Secretaria de Administração
Departamento de Licitações

ANEXO VIII – MODELO DE PROPOSTA FINAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/____

Razão Social:					
CNPJ:					
Endereço completo:					
Telefone:					
E-mail:					
ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)

Prazo de validade da proposta

Prazo de entrega

Local de entrega

Forma de pagamento

Nome do representante legal/procurador da licitante:

RG:

CPF:

Profissão:

E-mail particular:

Dados bancários para pagamento:

Nome do banco:

Nº banco:

Nº agência:

Nº conta bancária:

_____, ____ de _____ de 20____.

(Local e data)

(Representante legal — nome, cargo e assinatura)



ANEXO IX – DECLARAÇÕES PARA A FASE DE HABILITAÇÃO

_____(nome da empresa),
inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu
representante legal, Sr.(a) _____, portador(a) da
Carteira de Identidade nº _____ Órgão expedidor _____ e do
C.P.F nº _____,

DECLARA QUE:

A.1) Para fins de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz
() **(assinalar com “x” a ressalva acima, caso verdadeira)**

A.2) De que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme inciso IV do artigo 63 da Lei 14.133/2021.

A.3) De que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, em atendimento ao disposto no artigo 63, § 1º da Lei 14.133/2021, sob pena de desclassificação da minha proposta do certame.

_____, ____ de _____ de 20____.
(Local e data)

(Representante legal — nome, cargo e assinatura)



ANEXO X – DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES

_____(nome da empresa),
inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu
representante legal, Sr.(a) _____, portador(a) da
Carteira de Identidade nº _____ Órgão expedidor _____ e
do C.P.F nº _____,

DECLARA QUE:

- Caso opte por não realizar a visita técnica declara que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades da presente contratação e não poderá alegar desconhecimento durante a fase de execução contratual, caso seja o vencedor, conforme determina o art. 63, § 3º da Lei 14.133/2021.

_____, ____ de _____ de 20____.
(Local e data)

(Representante legal — nome, cargo e assinatura)



ANEXO XI – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A presente contratação tem como finalidade garantir condições adequadas de uso do espaço aquático utilizado nas atividades esportivas promovidas pela Prefeitura de Paulínia, por meio da Secretaria Municipal de Esportes, especialmente durante os períodos de temperaturas mais baixas, proporcionando conforto térmico, segurança e bem-estar aos usuários.

Atualmente, a Secretaria de Esportes atende um número expressivo de munícipes, distribuídos entre crianças, adultos e idosos, nas modalidades de Natação e Hidroginástica, atividades estas que possuem relevante caráter esportivo, social e de promoção da saúde pública. A continuidade regular dessas práticas depende diretamente da manutenção da temperatura adequada da água da piscina, de modo a assegurar condições apropriadas para a realização das aulas e demais atividades desenvolvidas no local.

Nesse contexto, verifica-se a necessidade de contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de sistema de aquecimento para piscina, composto por quatro trocadores de calor, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas e todos os insumos necessários à completa execução dos serviços.

Ressalta-se que o sistema de aquecimento atualmente instalado nas piscinas municipais opera com trocadores de calor do modelo Terma Nautilus 8, já consolidados na estrutura existente e plenamente compatíveis com a infraestrutura hidráulica e elétrica disponível. Dessa forma, a adoção de equipamentos da mesma marca e modelo na presente contratação mostra-se tecnicamente necessária e mais vantajosa para a Administração Pública, uma vez que evita adaptações estruturais, reduz riscos de incompatibilidade operacional, facilita os procedimentos de manutenção e reposição de peças, além de assegurar maior padronização, eficiência e



continuidade no funcionamento do sistema, em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e planejamento previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

Ressalta-se que os trocadores de calor desempenham papel essencial na manutenção da temperatura da água em níveis adequados para uso contínuo, especialmente em períodos de baixas temperaturas, evitando desconforto térmico aos usuários e possíveis interrupções das atividades ofertadas à população.

A contratação pretendida busca assegurar o pleno funcionamento do sistema de aquecimento da piscina, garantindo maior eficiência operacional, continuidade das aulas e melhor atendimento aos munícipes que participam das atividades esportivas promovidas pela municipalidade.

2 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de sistema de aquecimento para piscina, composto por quatro trocadores de calor, tem como principal objetivo assegurar a continuidade das atividades aquáticas promovidas pela Prefeitura de Paulínia, por meio da Secretaria de Esportes, garantindo condições adequadas de utilização do espaço aquático durante todo o ano, especialmente nos períodos de temperaturas mais baixas.

Com a plena operação do sistema de aquecimento, pretende-se manter a regularidade das aulas de Natação e Hidroginástica oferecidas   população, evitando interrupções ocasionadas pela baixa temperatura da água, fator que compromete diretamente o conforto, a segurança e a permanência dos usuários nas atividades.

Os resultados pretendidos com a contratação compreendem:

- Garantia de conforto térmico adequado aos usuários da piscina municipal;
- Continuidade e ampliação da oferta das atividades aquáticas   população;
- Melhoria das condições de uso do espaço esportivo, proporcionando maior segurança e bem-estar aos munícipes;
- Incentivo à prática esportiva e   adoção de hábitos saudáveis;
- Promoção da saúde física e mental dos participantes, especialmente crianças, idosos e pessoas que utilizam as atividades aquáticas como forma de condicionamento físico e reabilitação;
- Fortalecimento das políticas públicas de esporte, lazer e qualidade de vida desenvolvidas pelo Município;
- Maior aproveitamento da estrutura pública existente, assegurando eficiência e continuidade na prestação dos servi    os oferecidos pela Secretaria de Esportes.

As atividades aquáticas desenvolvidas pelo Município possuem relevante impacto social, esportivo e de saúde pública, contribuindo para a inclus    o social, melhoria da qualidade de vida e incentivo à convivência comunitária. Além disso, tais atividades



auxiliam na prevenção de doenças, no desenvolvimento motor, no condicionamento físico e no bem-estar geral da população atendida.

Dessa forma, a presente contratação busca garantir que os munícipes de Paulínia continuem tendo acesso regular e seguro às atividades aquáticas oferecidas pelo Poder Público Municipal, promovendo benefícios diretos à população e contribuindo para o fortalecimento das ações de esporte e saúde no Município como um todo.

3 – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Esta contratação está prevista no Plano de Contratações Anual de 2026, nos itens **425 e 420 (DFD)**, evidenciando alinhamento entre a demanda e o planejamento desta Secretaria.

4 – LEVANTAMENTO DE MERCADO

Em atendimento ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, realizou-se levantamento de mercado visando identificar as possíveis soluções disponíveis para atender à necessidade da Secretaria Municipal de Esportes de Paulínia quanto ao aquecimento da piscina utilizada nas atividades de Natação e Hidroginástica.

Foram analisadas alternativas disponíveis no mercado, considerando aspectos técnicos, operacionais, econômicos e de compatibilidade com a infraestrutura atualmente existente, observando-se os princípios da eficiência, economicidade e continuidade dos serviços públicos.

Dentre as soluções avaliadas, destacam-se:

a) Aquisição isolada dos equipamentos, com instalação realizada pela própria Administração ou por contratação distinta de mão de obra;

Esta alternativa mostrou-se menos vantajosa, considerando a necessidade de gestão separada entre fornecimento dos equipamentos e execução da instalação, o que pode gerar dificuldades de compatibilização técnica, aumento dos riscos de falhas na execução, além de maior tempo para conclusão dos serviços e possível responsabilização fragmentada em caso de problemas futuros.

b) Substituição integral do sistema existente por outro modelo ou tecnologia distinta;

Embora existam diferentes tecnologias de aquecimento disponíveis no mercado, a substituição completa do sistema atualmente instalado demandaria adaptações estruturais, alterações hidráulicas e elétricas, além da necessidade de substituição de



componentes acessórios, ocasionando elevação significativa dos custos e possíveis impactos na operacionalidade da piscina.

Ademais, a adoção de equipamentos de marcas ou modelos distintos poderia comprometer a compatibilidade técnica do sistema existente, aumentando riscos operacionais, dificuldades de manutenção e custos futuros relacionados à padronização de peças e assistência técnica.

c) Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de sistema compatível com a estrutura existente;

Após análise comparativa, esta alternativa demonstrou-se a mais vantajosa para a Administração Pública, consistindo na contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de aquecimento para piscina, composto por quatro trocadores de calor Terma Nautilus 8, incluindo o fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas e todos os insumos necessários à completa execução dos serviços.

A solução apresenta maior viabilidade técnica e operacional, uma vez que contempla a execução integral do objeto por empresa especializada, garantindo maior segurança, padronização, responsabilidade técnica e eficiência na instalação.

Além disso, a escolha do modelo Terma Nautilus 8 justifica-se pela necessidade de compatibilidade com o sistema de aquecimento já existente nas piscinas municipais, atualmente operado com equipamentos da mesma marca e especificação técnica.

A padronização dos equipamentos proporciona maior eficiência operacional, facilidade de manutenção, redução de custos futuros e continuidade do desempenho esperado do sistema, evitando adaptações estruturais desnecessárias e minimizando riscos de incompatibilidade técnica.

Dessa forma, conclui-se que a contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação dos equipamentos especificados representa a solução mais adequada e economicamente vantajosa para atendimento da necessidade administrativa, assegurando a continuidade das atividades esportivas e recreativas oferecidas à população.

5 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de sistema de aquecimento para piscina, composto por quatro trocadores de calor modelo Terma Nautilus 8, incluindo o fornecimento de mão de obra especializada, materiais, equipamentos, ferramentas e todos os demais insumos necessários à completa execução dos serviços.



A contratação contemplará a entrega, instalação, adequação, testes e pleno funcionamento dos equipamentos, garantindo a correta integração ao sistema de aquecimento já existente nas piscinas municipais, observadas as condições técnicas e operacionais necessárias para o adequado desempenho do sistema.

Os equipamentos a serem fornecidos deverão possuir características compatíveis com a infraestrutura atualmente instalada, considerando que o sistema existente já opera com trocadores de calor do modelo Terma Nautilus 8. A padronização dos equipamentos visa assegurar compatibilidade técnica, eficiência operacional, maior facilidade de manutenção, disponibilidade de peças de reposição e redução de custos futuros relacionados a adaptações ou substituições de componentes do sistema.

A solução adotada compreende não apenas o fornecimento dos equipamentos, mas também a execução integral dos serviços necessários à sua instalação e funcionamento, transferindo à contratada a responsabilidade técnica pela perfeita execução do objeto, em conformidade com as especificações técnicas, normas de segurança e demais exigências aplicáveis.

A contratação de empresa especializada mostra-se a alternativa mais adequada e vantajosa para a Administração Pública, pois possibilita maior eficiência na execução dos serviços, redução de riscos operacionais, garantia de compatibilidade entre os componentes do sistema e melhor controle da qualidade da instalação realizada.

Com a implementação da solução pretendida, busca-se garantir a manutenção da temperatura adequada da água das piscinas municipais, assegurando a continuidade das atividades esportivas e recreativas promovidas pela Secretaria Municipal de Esportes, especialmente as modalidades de Natação e Hidroginástica, proporcionando melhores condições de conforto, segurança e bem-estar aos usuários.

A presente solução encontra respaldo nos princípios do planejamento, eficiência, economicidade e interesse público previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, visando assegurar a adequada prestação dos serviços públicos ofertados à população do Município de Paulínia.

6 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação deverá observar os princípios do planejamento, eficiência, economicidade e interesse público previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, bem como atender integralmente às especificações técnicas e operacionais necessárias ao adequado funcionamento do sistema de aquecimento das piscinas municipais.

A solução pretendida consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de sistema de aquecimento para piscina, composto por quatro trocadores de calor modelo Terma Nautilus 8, incluindo mão de obra



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA
Secretaria de Administração
Departamento de Licitações

especializada, materiais, equipamentos, ferramentas e todos os insumos necessários à completa execução dos serviços.

Embora a contratação corresponda a uma única solução integrada, o objeto será dividido em dois itens distintos para fins fiscais e de adequada composição da proposta comercial, sendo:

- Item 01 – Fornecimento de quatro trocadores de calor para piscina modelo Terma Nautilus 8;
- Item 02 – Prestação dos serviços de instalação dos equipamentos.

A empresa contratada deverá fornecer equipamentos novos, sem uso anterior, em perfeitas condições de funcionamento e compatíveis com a infraestrutura existente nas piscinas municipais.

Os trocadores de calor deverão possuir, no mínimo, as seguintes especificações técnicas:

- Modelo: Terma Nautilus 8;
- Comprimento: 1070 mm;
- Profundidade: 949 mm;
- Peso aproximado: 102 kg;
- Voltagem: 220V Trifásico;
- Potência: 38.870 Kcal/h;
- BTU/h: 154.246;
- Consumo: 6671 W/h;
- Capacidade: 38.870 Kcal;
- Garantia mínima de 02 (dois) anos após o recebimento definitivo do produto.

A escolha do modelo especificado justifica-se pela necessidade de compatibilidade técnica com o sistema atualmente existente, considerando que as piscinas municipais já operam com trocadores de calor do mesmo modelo e fabricante, assegurando padronização, eficiência operacional, facilidade de manutenção e redução de custos futuros.

A proposta comercial deverá conter descrição clara e detalhada dos materiais e serviços ofertados, observando rigorosamente as especificações constantes no Termo de Referência, incluindo marca, modelo, procedência, características técnicas, valores unitários e totais, bem como prazo de validade mínimo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua assinatura.

A contratada deverá iniciar a instalação imediatamente após a entrega dos equipamentos, sendo responsável pela execução integral dos serviços necessários ao pleno funcionamento do sistema de aquecimento.

Deverão estar inclusos na contratação, sem quaisquer custos adicionais para a Administração, todos os materiais complementares, acessórios, conexões, registros,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA
Secretaria de Administração
Departamento de Licitações

tubulações, cabeamentos, ferramentas, equipamentos e insumos necessários à completa instalação e funcionamento dos trocadores de calor.

Ao final da instalação, deverão ser realizados testes operacionais, ajustes, comissionamento e verificação completa do funcionamento contínuo dos equipamentos, garantindo estabilidade operacional e pleno desempenho do sistema de aquecimento.

A contratação deverá assegurar garantia técnica dos equipamentos e dos serviços executados, bem como suporte necessário durante o período de garantia, visando assegurar a continuidade das atividades esportivas e recreativas desenvolvidas pelo Município.

7 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A estimativa das quantidades foi definida com base na necessidade atual da Secretaria Municipal de Esportes para garantir o pleno funcionamento do sistema de aquecimento das piscinas utilizadas nas atividades esportivas e recreativas ofertadas à população.

Considerando a estrutura existente, a capacidade operacional necessária para manutenção adequada da temperatura da água e a compatibilidade com o sistema atualmente instalado, verificou-se a necessidade de aquisição de quatro trocadores de calor modelo Terma Nautilus 8, quantidade suficiente para atendimento da demanda das piscinas municipais.

Além do fornecimento dos equipamentos, faz-se necessária a contratação dos serviços especializados de instalação, contemplando todas as adequações elétricas, hidráulicas, testes e comissionamento necessários ao perfeito funcionamento do sistema.

A estimativa das quantidades encontra-se detalhada na tabela abaixo:

Item	Descrição	Unidade	Quant.
01	TROCADOR DE CALOR AQUECEDOR PISCINA TERMA NAUTILUS 08 Ficha Técnica: Comprimento: 1070mm; Profundidade: 949mm; Peso: 102Kg; Voltagem: 220V Trifásico; Potência: 38.870 Kcal/h; BTU/h: 154.246; Consumo: 6671 W/h; Capacidade: 38.870 Kcal; Garantia: 2 anos após o recebimento do produto.	UNID	4
02	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DOS TROCADORES DE CALOR Conforme orientações que constam no Termo de Referência.	SRV	1



A definição das quantidades buscou assegurar a adequada execução da solução pretendida, garantindo eficiência operacional, compatibilidade técnica com a infraestrutura existente e continuidade das atividades aquáticas promovidas pelo Município.

Ressalta-se que, embora o objeto represente uma solução única e integrada, a divisão em dois itens distintos ocorre exclusivamente para fins fiscais e de adequada composição orçamentária, compreendendo separadamente o fornecimento dos equipamentos e a execução dos serviços de instalação.

8 – JUSTIFICATIVA PARA NÃO PARCELAMENTO

Nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o parcelamento do objeto deve ser adotado quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso para a Administração Pública. Contudo, no presente caso, verifica-se que o não parcelamento da contratação mostra-se a alternativa mais adequada, considerando a natureza integrada da solução pretendida.

A contratação tem por objeto o fornecimento e instalação de sistema de aquecimento para piscina, composto por quatro trocadores de calor modelo Terma Nautilus 8, incluindo mão de obra especializada, materiais, equipamentos, ferramentas e todos os insumos necessários à completa execução dos serviços.

Embora o objeto esteja dividido em dois itens na planilha de contratação, sendo um referente ao fornecimento dos equipamentos e outro à prestação dos serviços de instalação, tal divisão ocorre exclusivamente para fins fiscais, orçamentários e de adequada composição da proposta comercial, em razão da distinção entre material e serviço no momento do faturamento e pagamento da contratação.

Ressalta-se que a solução pretendida possui natureza única, integrada e interdependente, não sendo tecnicamente recomendável a contratação de fornecedores distintos para fornecimento dos equipamentos e execução da instalação, uma vez que tal medida poderia ocasionar incompatibilidades técnicas, dificuldades na definição de responsabilidades, riscos de falhas operacionais e prejuízos à execução contratual.

A execução por uma única empresa especializada assegura maior eficiência operacional, padronização dos serviços, compatibilidade entre os equipamentos e a instalação, além de proporcionar melhor controle e fiscalização contratual por parte da Administração.

Ademais, a contratação integrada reduz riscos relacionados à garantia dos equipamentos e dos serviços executados, evitando conflitos de responsabilidade entre



fornecedores distintos em eventuais ocorrências de falhas, defeitos ou problemas operacionais no sistema de aquecimento.

O não parcelamento também se mostra economicamente vantajoso, considerando a otimização logística, redução de custos administrativos e maior celeridade na execução da solução, assegurando a continuidade das atividades esportivas e recreativas desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Esportes.

Dessa forma, conclui-se que o não parcelamento da contratação atende aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, representando a alternativa mais adequada para atendimento da necessidade administrativa.

9 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Informa-se que não há contratações correlatas ou interdependentes para os quais os itens em pauta estão sendo necessários.

10 – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Para viabilizar a contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de sistema de aquecimento para piscina, composto por quatro trocadores de calor modelo Terma Nautilus 8, a Administração deverá adotar previamente as seguintes providências administrativas, técnicas e operacionais, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021:

10.1 – Elaboração do Termo de Referência (TR)

Deverá ser elaborado Termo de Referência contendo todas as especificações técnicas dos equipamentos e serviços, condições de execução, critérios de aceitação, prazos, garantias, obrigações da contratada e da contratante, condições de pagamento, critérios de medição e recebimento do objeto, bem como os requisitos de habilitação e julgamento da licitação.

O documento deverá detalhar as características dos trocadores de calor modelo Terma Nautilus 8, além das exigências relativas à instalação, adequações elétricas e hidráulicas, testes operacionais e comissionamento do sistema.

10.2 – Levantamento de preços de mercado

A Administração deverá realizar pesquisa de preços visando à obtenção do valor estimado da contratação, observando os critérios previstos nos arts. 23 e 24 da Lei Federal nº 14.133/2021.

A estimativa de preços poderá ser elaborada com base em:



- Cotações junto a fornecedores e empresas especializadas no fornecimento e instalação de sistemas de aquecimento para piscinas;
- Consultas em bancos e painéis públicos de preços;
- Contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades da Administração Pública;
- Pesquisa direta de mercado.

A pesquisa deverá contemplar tanto o fornecimento dos equipamentos quanto os serviços de instalação e adequações necessárias ao pleno funcionamento do sistema.

10.3 – Aprovação da demanda pela autoridade competente

A contratação deverá ser formalmente autorizada pela autoridade competente da Secretaria Municipal de Esportes, mediante análise da necessidade administrativa, disponibilidade orçamentária e viabilidade da contratação.

10.4 – Definição da modalidade de licitação

A Administração deverá definir a modalidade licitatória mais adequada à natureza da contratação, observando as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente quanto à aquisição de bens e contratação de serviços comuns.

Considerando as características do objeto, a tendência é pela adoção da modalidade pregão, preferencialmente na forma eletrônica, observados os requisitos legais aplicáveis.

10.5 – Elaboração e publicação do edital

O edital deverá conter todas as condições da contratação, incluindo especificações técnicas dos equipamentos, requisitos para execução dos serviços, critérios de habilitação, julgamento das propostas, prazos, garantias, obrigações contratuais e demais disposições necessárias à adequada execução do objeto.

Deverão constar de forma clara as exigências relativas à compatibilidade dos equipamentos com o sistema existente e à responsabilidade da contratada pela execução integral da instalação.

10.6 – Designação da equipe de apoio e fiscalização

A Administração deverá promover a designação dos servidores responsáveis pelo acompanhamento da fase licitatória e pela fiscalização da execução contratual, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Os fiscais do contrato deverão acompanhar a entrega dos equipamentos, execução dos serviços de instalação, realização dos testes operacionais e funcionamento do sistema de aquecimento.

10.7 – Verificação da disponibilidade orçamentária



Deverá ser previamente verificada e assegurada a existência de dotação orçamentária suficiente para cobertura das despesas decorrentes da contratação, observando-se a compatibilidade com o planejamento orçamentário e financeiro da Secretaria Municipal de Esportes.

10.8 – Análise jurídica prévia

O processo administrativo deverá ser encaminhado à assessoria jurídica competente para análise e emissão de parecer jurídico acerca da legalidade dos atos praticados, incluindo análise do Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, minuta do edital e minuta contratual, conforme disposto no art. 53 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.9 – Planejamento da execução contratual

Previamente à assinatura do contrato, a Administração deverá alinhar junto à futura contratada as condições de acesso ao local de instalação, cronograma de execução dos serviços, procedimentos de segurança e demais providências necessárias à adequada execução do objeto, visando minimizar impactos nas atividades esportivas desenvolvidas nas piscinas municipais.

Também deverá ser realizada avaliação prévia das condições da infraestrutura elétrica e hidráulica existente, a fim de subsidiar o acompanhamento técnico da execução contratual.

11 – IMPACTOS AMBIENTAIS

A contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de sistema de aquecimento para piscina, composto por quatro trocadores de calor modelo Terma Nautilus 8, poderá gerar impactos ambientais considerados baixos, especialmente relacionados ao consumo de energia elétrica, utilização de materiais elétricos e hidráulicos e geração de resíduos decorrentes da execução dos serviços de instalação.

Os equipamentos de aquecimento demandam consumo contínuo de energia elétrica para manutenção da temperatura adequada da água das piscinas, podendo ocasionar aumento no consumo energético da unidade esportiva. Contudo, a utilização de equipamentos compatíveis com a infraestrutura existente e tecnologicamente adequados tende a proporcionar maior eficiência operacional e melhor aproveitamento energético do sistema.

Durante a execução dos serviços poderão ser gerados resíduos provenientes de embalagens, cabos elétricos, conexões hidráulicas, tubulações, materiais de fixação, componentes substituídos e demais insumos utilizados na instalação dos equipamentos.

Também poderá ocorrer a necessidade de substituição ou descarte de componentes eventualmente inutilizados ou incompatíveis com a nova instalação, devendo ser



observados os procedimentos ambientalmente adequados para destinação desses materiais.

Como medidas mitigadoras dos possíveis impactos ambientais, é importante que a contratada:

- Realize o correto acondicionamento, armazenamento temporário e descarte dos resíduos gerados durante a execução dos serviços, em conformidade com a legislação ambiental vigente;
- Promova, sempre que possível, a destinação adequada de materiais recicláveis;
- Adote boas práticas de organização e limpeza durante a execução contratual;
- Utilize materiais e componentes compatíveis com as normas técnicas e padrões de eficiência aplicáveis;
- Execute os serviços de forma a evitar desperdícios de materiais e consumo excessivo de recursos;
- Observe as normas ambientais, de segurança do trabalho e demais regulamentos aplicáveis à atividade.

Ressalta-se que a opção pela utilização do mesmo modelo de trocador de calor já existente nas piscinas municipais contribui para redução de impactos ambientais, uma vez que evita alterações estruturais desnecessárias, reduz geração adicional de resíduos e minimiza intervenções na infraestrutura hidráulica e elétrica já instalada.

Além disso, a padronização dos equipamentos favorece maior eficiência operacional, otimização da manutenção e melhor desempenho energético do sistema de aquecimento.

Dessa forma, conclui-se que os impactos ambientais decorrentes da contratação são controláveis e mitigáveis, não representando impedimento para a execução da solução pretendida, em conformidade com os princípios da sustentabilidade previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

12 – ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

A estimativa preliminar de preços será apresentada em momento posterior, tendo em vista que, nesta etapa do Estudo Técnico Preliminar, o foco concentra-se na análise das necessidades da Secretaria Municipal de Esportes e na definição da solução mais adequada. Dessa forma, a pesquisa de preços será realizada na fase subsequente do planejamento, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, assegurando maior precisão, aderência às especificações e segurança na tomada de decisão.

13 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA
Secretaria de Administração
Departamento de Licitações

Conclui-se que a presente contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de sistema de aquecimento para piscina, composto por quatro trocadores de calor modelo Terma Nautilus 8, incluindo o fornecimento de mão de obra especializada, materiais, equipamentos, ferramentas e todos os demais insumos necessários à completa execução dos serviços, atende perfeitamente a necessidade atual desta secretaria.

Informa-se também que a administração possui capacidade técnica, operacional e orçamentária para realizar a presente compra, conforme já informado no presente estudo.

Em 20 de maio de 2026



ANEXO XII – DECRETO MUNICIPAL Nº 8.717/2024

DECRETO Nº 8.717, DE 12 DE OUTUBRO DE 2024.

"DEFINE DIRETRIZES QUANTO AO CUMPRIMENTO OBRIGATÓRIO DAS NORMAS TÉCNICAS PARA SERVIDORES/EMPREGADOS MUNICIPAIS, EMPREGADOS DE EMPRESAS CONTRATADAS E PRESTADORES DE SERVIÇO DA MUNICIPALIDADE DE PAULÍNIA"

O cidadão EDNILSON CAZELLATO, Prefeito Municipal de Paulínia, no uso da atribuição que lhe confere o art. 45, incisos IV, VI e parágrafo único, da Lei Orgânica do Município, DECRETA

Art. 1º Todo servidor ou empregado municipal, os empregados e equiparados a estes, de empresas contratadas pela municipalidade e prestadores de serviços da Municipalidade de Paulínia, pessoas físicas ou jurídicas subcontratadas, na execução de serviços em próprios públicos, devem cumprir as orientações de segurança pertinentes à execução de seu trabalho, previstas nas normas técnicas, bem como acatar as orientações da chefia e dos profissionais de Segurança e Medicina do Trabalho lotados no Departamento de Medicina Ocupacional e Engenharia de Segurança do Trabalho (DEESMT), da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas (SMDGP).

Art. 2º Para a execução de contrato de obras ou serviços, as empresas contratadas pela Municipalidade ou por Associação de Pais e Mestres (APM) estão condicionadas a obterem o Atestado de Conformidade de Prestador de Serviços (ACPS), emitido pela Divisão de Engenharia de Segurança do Trabalho (DIEST), mediante comparecimento da empresa na Divisão e apresentação das documentações de segurança do trabalho necessárias, ocasião em que receberá instruções de cumprimento às normas técnicas, referentes ao trabalho a ser executado.

§ 1º A Secretaria Municipal responsável pela gestão do contrato de serviços e Secretaria Municipal de Administração deverão informar expressamente o DIEST sobre a abertura de novo contrato, bem como a natureza da empresa, o tipo de serviço a ser executado, os locais de trabalho e a vigência do contrato da contratada, para que seja subsidiada a formalização da solicitação do ACPS, e, no caso de obra ou serviços de engenharia, o cronograma.

§ 2º Para a emissão do ACPS para a empresa cujo contrato possui previsão de duração superior a 180 (cento e oitenta) dias, a mesma deverá entregar cópia dos programas de segurança exigidos pela legislação vigente, tais como Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT), Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO), cópia da ficha funcional dos funcionários/funções, Atestado de Saúde Ocupacional (ASO)



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA
Secretaria de Administração
Departamento de Licitações

constando apto para a função a ser exercida e cópias dos certificados dos cursos exigidos por Lei, tais como NR-35, NR-33, NR- 10, dentre outros que se fizerem necessários.

§ 3º Para a emissão do ACPS para a empresa cujo contrato possui previsão de duração inferior a 180 (cento e oitenta) dias, a mesma deverá fornecer cópia da ficha funcional dos funcionários, Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) constando apto para a função a ser exercida, e cópias dos certificados dos cursos exigidos por Lei, tais como NR-35, NR-33, NR-10, dentre outros que se fizerem necessários.

§ 4º No caso de a empresa contratada utilizar mão de obra terceirizada, a contratada direta é obrigada a exigir de sua terceirizada a entrega ao DIEST das mesmas documentações obrigatórias para elaboração do ACPS definidas neste artigo e em seus parágrafos. A mesma exigência se aplica em caso de contratação de prestador de serviço sem vínculo contratual definido.

§ 5º Após as orientações técnicas e conferências dos documentos entregues, o DIEST emitirá o ACPS, em 04 (quatro) vias, sendo a primeira via ao DIEST, a segunda via anexada ao contrato, a terceira via entregue à Secretaria contratante, antes do início das atividades, e a quarta via para a empresa prestadora de serviços.

§ 6º A empresa contratada não poderá iniciar a execução de serviços sem a emissão do ACPS e, caso o faça, a mesma será responsabilizada, sem prejuízo da paralisação dos trabalhos em andamento pelo DIEST até que a situação se regularize.

§ 7º A empresa contratada deverá cumprir a obrigatoriedade de constituição e manutenção de Serviços Especializados em Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT), nos moldes das normas técnicas, independentemente de local fixo de trabalho e de duração de contrato, sendo estes profissionais os responsáveis primários pela saúde e integridade física dos funcionários da empresa contratada. A lista e a qualificação desses profissionais especializados, bem como número de registro no órgão competente, deverão ser apresentados ao DIEST na ocasião da abertura de ACPS.

§ 8º Para a execução de serviços especiais e/ou em condições especiais, como construção civil pesada, serviços em alta tensão, operações perigosas, presença de resíduos, entre outros conforme a legislação vigente e pertinente, a empresa contratada deverá cumprir a obrigatoriedade de contratação e manutenção de profissionais técnicos específicos que, em sua área de competência, são considerados pela Administração como responsáveis técnicos pelos serviços prestados em seu campo de atuação. A lista e a qualificação desses profissionais especializados, bem como número de registro no órgão competente, deverão ser apresentados ao DIEST na ocasião da abertura de ACPS.

Art. 3º A empresa contratada pela Municipalidade de Paulínia, para realização de obras ou de prestação de serviços em próprios públicos, deverá também cumprir as seguintes medidas de segurança:

- I. Corrigir as irregularidades apontadas pelos Profissionais de Segurança com a maior brevidade possível, sob pena de interdição em caso de não atendimento ou de reincidência;
- II. Especificar e obrigar o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) por todos os



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA
Secretaria de Administração
Departamento de Licitações

trabalhadores, conforme orientação e relação anexas ao ACPS, que devem ser complementadas em função de risco específico da atividade a ser realizada, ficando expressamente proibida a entrada de pessoas para desenvolver qualquer atividade em locais ou serviços sem o uso de equipamentos e dispositivos de segurança adequados;

- III. Permitir a execução de trabalhos somente por profissional técnico qualificado e autorizado para a atividade que irá desempenhar, conforme documentos contidos no ACPS;
- IV. Proibir a entrada de pessoas portando bebidas alcoólicas, em estado de embriaguez ou exalando odor alcoólico nos locais onde estão sendo realizadas as obras ou serviços;
- V. Providenciar a todo trabalhador da contratada a identificação profissional, como crachá ou semelhante, assim como exigir o porte do documento;
- VI. Todo equipamento rotativo utilizado em obras, tais como maquina, poli corte, esmeril, lixadeira, serra circular e furadeira, etc, deverá possuir a sua respectiva proteção, sendo proibido adulterar/modificar qualquer dispositivo de segurança.

Art. 4º Em caso de constatação pelo DIEST de qualquer irregularidade relacionada às condições de trabalho que possam comprometer a saúde ou a integridade física de qualquer servidor, empregado, subcontratado ou terceiros, o serviço em execução será paralisado, bem como será emitida uma Notificação de Irregularidade, contendo o ocorrido e as providências cabíveis, com encaminhamento de 02 (duas) vias, sendo uma para a empresa contratada e outra para a Secretaria responsável pelo contrato de prestação de serviço.

Parágrafo único. Na hipótese de averiguação pelo DIEST de situação de Risco Grave e Iminente (RGI), a Divisão possui autonomia para embargar obra e interditar serviço, máquina, equipamento ou local, sendo emitida uma Declaração de Embargo/Interdição, contendo o ocorrido e as providências cabíveis para liberação, com encaminhamento de 02 (duas) vias, sendo uma para a empresa contratada e outra para a Secretaria responsável pelo contrato de prestação de serviço.

Art. 5º Na execução de trabalhos em altura, em alta tensão, incluindo valas, em espaço confinado, com presença de explosivos e inflamáveis, construção civil pesada ou outras circunstâncias condicionadas a situações especiais de trabalho, a empresa prestadora de serviços deverá cumprir criteriosamente as exigências das normas técnicas no momento da elaboração do ACPS, bem como implantar medidas especiais para eliminar ou minimizar os riscos existentes nas atividades.

§ 1º Todo trabalho realizado nas condições mencionadas no caput deste artigo deverá ser comunicado expressamente ao DIEST antes do início da atividade, por meio do responsável pela execução do trabalho e pela Secretaria Municipal responsável.

§ 2º O DIEST realizará vistorias técnicas periódicas em obras e serviços realizados nas condições mencionadas no caput deste artigo, a fim de verificar o cumprimento da legislação pertinente à segurança do trabalho, conforme a demanda e o grau de risco proveniente desses serviços.

Art. 6º A empresa contratada pela municipalidade deve informar ao DIEST todos os locais de trabalho atuantes e suas frentes de trabalho ou canteiro, bem como as qualificações e quantidades de funcionários da contratada e de suas subcontratadas, sob pena de anulação da ACPS.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA
Secretaria de Administração
Departamento de Licitações

§ 1º A contratada, quando exigido, deverá enviar ao DIEST o relatório de serviços prestados, com setor e local de trabalho, funcionários atuantes e tipo de serviço prestado, bem como deverá informar a previsão de prestação de serviços do mês subsequente, sob pena de anulação da ACPS.

§ 2º A contratada deverá comunicar expressamente ao DIEST qualquer mudança ocorrida com relação ao local de trabalho, ao tipo de serviço especializado prestado e à quantidade de funcionários, sob pena de anulação da ACPS.

Art. 7º Em caso de acidente grave ou fatal sofrido por servidor público, funcionário contratado ou terceiro, o mesmo deve ser comunicado de imediato ao DIEST, para que sejam adotadas as providências cabíveis, sob pena de sofrer as sanções cabíveis previstas na Lei.

Parágrafo único. A obra ou serviço em que ocorra acidente fatal deverá ser paralisada de imediato, bem como deve ser comunicado o ocorrido às autoridades competentes e ao MTE.

Art. 8º A fiscalização, as recomendações e as exigências do DIEST, nos termos deste Decreto, não eximem as empresas contratadas ou subcontratadas e os prestadores de serviços de sua responsabilidade primária civil e/ou criminal, em caso de acidentes ou de descumprimento de normas legais.

Art. 9º A empresa ou sua subcontratada ficará sujeita às sanções cabíveis previstas pelo não cumprimento deste Decreto.

Art. 10 As minutas de editais e de contratos de obras e prestação de serviços devem observar e incorporar as disposições contidas neste Decreto.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto neste Decreto aos convênios e outros instrumentos congêneres celebrados pelo Município, os quais estarão sujeitos à fiscalização dos órgãos municipais.

Art. 11 Este Decreto produzirá seus efeitos jurídicos a partir de 28 de fevereiro de 2025, revogadas as disposições em contrário, em especial a Ordem de Serviço nº 002/2003.

Art. 12 O Poder Executivo regulamentará este Decreto no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar de sua publicação, expedindo os protocolos necessários para sua fiel execução.

Paulínia, 12 de agosto de 2024.
EDNILSON CAZELLATO

Prefeito Municipal

BEATRIZ ANACLETO BRAGA

Secretária Municipal de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas